

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 16/2015, da reunião de câmara de 2015/07/15			Aprovação
2	Atribuição de subsídio - Edição de livro de homenagem aos 10 anos de existência da Universidade Sénior	Associação de Alunos da Universidade Sénior de Vila Franca de Xira		Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
3	Atribuição do direito ao arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento designado por "Cafetaria do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo", Praia dos Pescadores - Relatório final		Póvoa de Stª Iria	Aprovação
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento			
	Da competência do Presidente da C.M.			
4	Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal			Conhecimento
5	Legislação-síntese e editais			Conhecimento
6	Pagamentos autorizados			Conhecimento
7	Balancetes			Conhecimento
	. Outros assuntos			
8	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	Maria Helena Duarte Monteiro		Aprovação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
9	Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença	António José Jesus Carvalho		Aprovação
10	Procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de direito) - Prorrogação do prazo para homologação da lista de ordenação final			Aprovação
11	7ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos, e 6ª alteração ao plano municipal de atividades da Câmara Municipal para 2015			Aprovação
12	Fundo de maneiio para 2015 - Alteração de titularidade			Aprovação
13	Contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do Concelho - Caducidade da adjudicação e revogação da decisão de contratar			Aprovação
14	Contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do Concelho durante o ano de 2015 - Parecer prévio vinculativo			Aprovação
15	Contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do Concelho para o ano de 2016 - Parecer prévio vinculativo e remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
16	Fornecimento de produtos químicos para o tratamento da água das piscinas municipais do Concelho durante o ano de 2016 - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
17	Subscrição de acesso a uma base de dados jurídica, para cinco utilizadores do Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
18	Fornecimento em contínuo de material de rega para as zonas verdes afetas ao Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
19	Aquisição e montagem de contentores subterrâneos para deposição de resíduos sólidos - Adjudicação	Sotkon Portugal - Sistemas de Resíduos, SA		Aprovação
20	Exercício do direito de preferência sobre a fração "D", sita na Urbanização da Chasa, lote 4.5A/rua José Lopes, nº 2	Prediverca - Sociedade de Mediação Imobiliária, Lda.	Alverca do Ribatejo	Aprovação
21	Exercício do direito de preferência sobre a garagem nº 2, sita na rua das Linhas de Torres, nº 6B	João Joaquim de Jesus de Sousa	S. João dos Montes	Aprovação
22	Exercício do direito de preferência sobre a fração sita na rua José Maia Tavares, nº 12, 3º esqº	Sílvia Cristina Gorgita Meneses	Alhandra	Aprovação
23	Exercício do direito de preferência sobre a fração sita na rua José Paz Branco, nº 4	CHASA, CRL	Alverca do Ribatejo	Aprovação
24	Exercício do direito de preferência sobre as frações "AM", correspondente à garagem nº 4, e "AF", correspondente ao 1º andar esqº, sitas na rua António Sérgio nºs 125, 127, 129 e 131, lote A, no Bairro da Chasa	CHASA, CRL	Alverca do Ribatejo	Ratificação
25	Exercício do direito de preferência sobre a fração "K", sita na rua das Linhas de Torres, nº 4, 3º dtº	Alfredo Albuquerque Ferreira	Alverca do Ribatejo	Aprovação
26	Fornecimento de energia elétrica, em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado livre, ao sistema de iluminação pública do Município - Ano 2016 - Minuta do contrato	EDP Comercial - Comercialização de Energia, SA		Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
27	Aquisição de serviços de energia elétrica, em baixa tensão normal (BTN) no Município - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual			Aprovação
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
28	Relação de atos da competência da Câmara Municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente			Conhecimento
29	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 131 do loteamento Terra da Pastoria	Raúl Leonel da Costa Correia	Forte da Casa	Aprovação
30	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 63 do loteamento Pinhal das Areias	José Manuel Antunes Malcata	Alverca do Ribatejo	Aprovação
31	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 92 do loteamento Quinta da Coutada	Ana Maria Marques dos Santos Vilas-Boas	Vila Franca de Xira	Aprovação
32	Cancelamento da hipoteca legal a favor do Município sobre o lote 384 do loteamento Quinta da Bela Vista	Albino Rito Caixinha	S. João dos Montes	Aprovação
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
33	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Reembolso do valor pago pelas peças do concurso	Norasil - Sociedade de Construção Civil, SA		Aprovação
34	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Reembolso do valor pago pelas peças do concurso	Tecnopaços - Construção e Obras Públicas, Lda.		Aprovação

**ORDEM DO DIA**

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
35	Construção da EB1 nº 2 de Vialonga - Reembolso do valor pago pelas peças do concurso	Costa & Carvalho, SA		Aprovação
36	Execução de parques de estacionamento junto ao Centro Comercial Serra Nova e na rua do Alviela - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Póvoa de Stª Iria	Aprovação
37	Proteção anticorrosiva do tabuleiro da passagem superior de peões sobre a EN 10 e via do norte - Remessa à Assembleia Municipal para autorização prévia do compromisso plurianual		Alhandra	Aprovação
38	Alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vila Franca de Xira - Discussão pública	Junta de Freguesia de Vila Franca de Xira	Vila Franca de Xira	Aprovação
	EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
39	35º Salão de Artesanato - Nova redação do edital			Aprovação
40	Preço de venda ao público de leques no Posto de Turismo			Aprovação
41	Protocolo para uso e gestão da galeria de exposições Augusto Bértholo	AAPCVFX - Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Vila Franca de Xira		Aprovação
42	Doação de um passaporte do Padre Dr. Vasco Moniz, por José dos Santos Correia, para incorporação na coleção do Espólio Vasco Moniz			Aceitação



ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, nas instalações da APS - Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, pelas 9h30, do dia 2015/08/31

Assunto				
	Designação	Assunto		Objetivo
		Interessado	Local	
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
43	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "E", sita na rua António Sérgio, nº 11, 1ª dtª	Maria Lima da Costa	Alverca do Ribatejo	Aprovação
44	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "G", sita na rua João Villaret, nº 2, 3ª esqª	Cacilda Rui Alves	Forte da Casa	Aprovação
45	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "E", sita na rua Antero de Quental, nº 1, 2ª esqª	Amélia Conceição Lopes	Vialonga	Aprovação
46	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "F", sita na rua José Augusto Gomes, lote 18, 2ª esqª, em Arcena	Suzete Pinto Alves Gomes	Alverca do Ribatejo	Aprovação
47	Compra e venda da fração de habitação municipal designada pela letra "D", sita na rua Quinta do Cabo, nº 21, 1ª esqª, em Povos - Alteração à deliberação tomada na reunião de 2015/02/25	Francisco da Conceição Gomes e Fernanda Maria Ferreira Barata	Vila Franca de Xira	Aprovação
48	Projeto Jardim Observado 2015 - Subsídio para custos administrativos	CASBA - Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena		Aprovação
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
49	Relatórios semestrais/2014 - Acordos de execução e contratos interadministrativos			Análise
50	Ata em minuta da reunião			Aprovação



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2015/08/31

Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e quinze, pelas 9h30, nas instalações da APS – Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, na União das Freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores:--

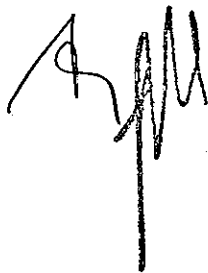
- . Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
- . Fernando Paulo Ferreira; -----
- . Aurélio dos Santos Marques; -----
- . António José Sequeira Félix; -----
- . Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
- . José António da Silva de Oliveira; -----
- . Ernesto Simões Ferreira; -----
- . Maria de Fátima Pires Antunes. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores Nuno Miguel Marques Libório e Helena Margarida Mendes Pereira de Jesus, tendo sido substituídos pelos Srs. Ernesto Simões Ferreira e Orlando Sequeira Ferreira da Silva, respetivamente.-----

Entraram no decurso da reunião os Srs. Vereadores Orlando Sequeira Ferreira da Silva, pelas 9h43, e Rui Ribeiro Rei, pelas 9h50, durante o período antes da ordem do dia. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica.-----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado:-----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjunta-----

Drª Susana Santos-----

GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO-----

. Adjunto-----

Dr. Alexandre Sargento-----

. Secretária-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Bruno Oliveira-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Técnica Superior, em substituição do coordenador-----

Drª Prazeres Tavares-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----

Dr. António Domingos-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor-----

Arqtº Nuno Santos-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Chefe da Divisão de Obras, Viaturas e Infraestruturas-----

Engº José Fernandes-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 003

Reunião de 2015/08/31

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

. Chefe da Divisão de Educação-----

Dr. Pedro Montes-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus -----

Dr.^a Maria João Carraça-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público -----

Arqt.^a Catarina Conde-----

. Técnica Superior, em substituição da Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social -----

Dr.^a Manuela Pires-----

. Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude -----

Dr.^a Anabela Pereira -----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

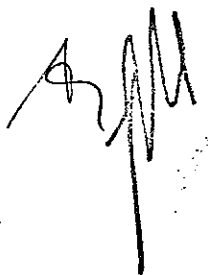
. Chefe da Equipa -----

Urb.^a Luís Matas de Sousa -----

OUTRAS PRESENCAS-----

. Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras; -----

. Tesoureiro da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

INFORMAÇÕES DIVERSAS DO SR. PRESIDENTE RELATIVAS A INTERVENÇÕES-----

Interveio o Sr. Presidente, cumprimentando todos os presentes, dizendo que antes de dar início à reunião gostaria de agradecer mais uma vez, na pessoa do Sr. José Nunes, à Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, pela amabilidade de receber a câmara municipal na sua casa.-----



Depois, gostaria de dar algumas notas, começando por informar que os trabalhos do parque de estacionamento provisório junto à estação de comboios da Póvoa de Santa Iria já tiveram o seu início. É um espaço, como se tem vindo a conversar há algum tempo a esta parte, que exigiu uma grande negociação com o fundo imobiliário que é proprietário, mas felizmente conseguiu-se, como os Srs. Vereadores se recordam, chegar a um acordo, e vai-se ter ali um estacionamento, embora provisório, por muito tempo certamente, para mais de 500 lugares, correspondendo às questões que as pessoas colocavam quando iam para o comboio diariamente.-----

Está também a decorrer, junto à escola Pedro Jacques de Magalhães, a criação de uma bolsa de estacionamento, que embora não venha resolver os problemas de estacionamento que a zona tem, é uma situação que vai minorar a questão.-----

Depois, já começou a intervenção daquilo a que se chama rua entre escolas, um problema complicado, na medida em que, como se sabe, passam ali diariamente muitas dezenas de autocarros.-----

De facto, aquela estrada tem problemas a esse nível e a sua manutenção não é fácil. Tem-se vindo a conversar com os operadores, no sentido de encontrar outras soluções para que os autocarros passem por outros locais, e ver-se-á. De qualquer modo a obra vai também iniciar, é uma questão várias vezes colocada nas reuniões de câmara, e uma situação que também está em vias de resolução.-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que as obras junto ao terreno na Póvoa de Santa Iria, junto à estação de caminhos de ferro, já se iniciaram, iniciaram-se esta semana, anda lá um “bulldozer” neste momento a deitar o mato abaixo, e os membros da CDU gostavam de perguntar se eventualmente, nestas obras que se vão realizar, umas outras que também são necessárias ser feitas e que já levantaram por mais do que uma vez vão iniciar brevemente, que é a



recuperação da passagem inferior à linha de caminho de ferro.-----

É uma passagem inferior que está nas condições em que está, não vale a pena estarem a repetir, já trouxeram fotografias, já trouxeram relatos, já saiu na imprensa, já saiu em tudo quanto é lado, mas tarda à câmara municipal fazer aquilo que é a sua competência, fazer a recuperação da passagem inferior da linha férrea, dotando-a até das condições de salubridade e segurança de que necessita. - Tomou a palavra o Sr. Vereador Rui Rei, para fazer uma pequena reflexão, e em primeiro lugar congratular-se pelo início das obras do estacionamento na Póvoa de Santa Iria, obras de apoio à estação da Póvoa. Considera importante que estas obras sejam feitas, para que os munícipes de toda aquela zona possam estacionar em segurança e fazer o seu trabalho. -----

Contudo, ontem foi à zona ribeirinha, com o seu filho e o seu sobrinho, teve que passar na passagem inferior de bicicleta, e efetivamente houve ali algumas limpezas, andou-se a varrer, pelo menos, mas não se fez nenhuma espécie de manutenção, nem se faz manutenção naquele espaço há anos. -----

Apesar da varrição que lá foi feita, o cheiro continua a ser mais do que muito, as águas continuam a escorrer pelas laterais, pelo que diria, se fosse alguém que não gostasse do projeto, que desde o dia da sua inauguração a câmara municipal teve sempre uma greve de zelo face àquele espaço. A situação continua desde essa altura até hoje, porque só assim se justifica o estado permanente e de abandono. -- Interveio o Sr. Presidente, dizendo que reconhece que, de facto, luta-se com um adversário difícil de vencer, que se chama vandalismo. Há cerca de mês e meio foram lá colocadas lâmpadas novas, e foram todas partidas, vandalizadas ou retiradas, pura e simplesmente. -----

De qualquer modo, não quer dizer que se tenha desistido, e já pediu ao Sr. Vereador, no âmbito das suas funções, que, por um lado, seja possível limpar convenientemente toda aquela zona, e por outro fazer a manutenção que seja possível fazer para que as pessoas passem ali com outro conforto.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRABALHADORES -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo-se a uma questão que para o executivo da câmara municipal é muito importante, que se tem vindo a falar com a comissão sindical, com o STAL, que são as melhorias das condições de trabalho dos trabalhadores. Tem-se vindo a fazer algum trabalho nesse sentido, e gostaria de dizer que se reabilitou completamente a antiga Casa do Povo de Vila Franca de Xira, para onde transitaram todos os trabalhadores da área financeira, fazendo aquilo que nunca se conseguiu fazer ao longo dos anos, que era a junção dos trabalhadores das compras.-----

Desta forma o trabalho é muito mais eficaz, mais eficiente e, de facto, vem melhorar não só o serviço, mas sobretudo as condições de trabalho destes trabalhadores. -----

Depois, o edifício daquilo que era conhecido como o antigo DHU, junto ao mercado municipal, está a sofrer obras de reabilitação no sentido de criar melhores condições para todos quantos ali trabalham.-----

É também uma ação de reabilitação urbana, conjugada justamente com a necessidade de encontrar melhores condições para os trabalhadores, que se reconhece que naquele edifício urgiam resolver. -----

Vai-se continuar a fazer este trabalho, para que até final do mandato se tenham todos os edifícios recuperados. -----

É verdade que a ideia fundamental era agregar todos os trabalhadores num só edifício, essa é uma matéria que ainda não se conseguiu resolver, e por isso se decidiu que enquanto não houver uma solução para se terem todos os trabalhadores da câmara municipal e SMAS num só edifício, ter-se-ão de encontrar soluções alternativas, que é o que efetivamente se está a fazer. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo, sobre a recuperação dos edifícios camarários para a instalação condigna dos trabalhadores da câmara municipal, que gostaria de fazer uma pergunta, a que se calhar o Sr. Presidente não poderá responder, porque ainda se está a meio do mandato. Infere, e se calhar erradamente, da intervenção do Sr. Presidente, que neste mandado não se vai evoluir no sentido de haver novas instalações para os trabalhadores da câmara



municipal, e fala de instalações únicas, como tem sido defesa, inicialmente de todos, mas agora de uma grande parte de todos. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo, sobre o plano de mudanças que está a realizar-se na câmara municipal, dos seus trabalhadores, que os membros da CDU têm estado a acompanhar, dentro das possibilidades que têm e do conhecimento dessas mudanças, e a verdade é que lhes têm surgido alguns relatos menos positivos de trabalhadores, que se vão escusar de referir, porque querem avaliar no terreno essas mudanças. -----

Nesse sentido, gostariam que lhes fosse entregue, e com certeza que existe, um plano cronológico das mudanças que estão a ser efetuadas, quem sai, de onde sai, para onde vai, em que datas vai, quantos funcionários são, ou quantos recursos humanos e meios estão envolvidos. -----

Com certeza que a câmara municipal tem esse plano executado, tem-no por escrito, daí estar a ser executado, e gostavam de ser recetores do mesmo para poderem avaliar também os relatos que lhes têm chegado via trabalhadores da câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, quanto a este plano de mudanças, que é um trabalho que se está a realizar, e aliás o Sr. Vereador Aurélio Marques tinha colocado a questão, sobre esta matéria, para quando as novas instalações, no sentido de colocar todos os trabalhadores num só espaço. -----

O que gostaria de dizer é que a proposta que se recebeu relativamente ao Vilafranca Centro é financeiramente inaceitável. Assim, como tem dito várias vezes, a câmara municipal está disponível para esta solução, ou no Vilafranca Centro, ou noutro sítio qualquer, mas depende muito da questão financeira que esteja subjacente, sendo que a solução financeira que é apresentada, apesar de ser significativamente mais baixa do que a que até se aprovou há uns anos atrás, ainda não é de modo a se poder aceitar, do ponto de vista do executivo municipal. Ou o valor baixa, ou então não é possível aceitar, e enquanto isso não acontece pensa que não se pode esperar mais na requalificação e melhoria dos espaços onde o trabalho hoje em dia é prestado pelos trabalhadores do município. -----

Este plano também tem em vista duas situações, em primeiro lugar, a melhoria das condições de trabalho, e em segundo, poder abandonar determinados edifícios



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº

Quanto ao plano, vai fazê-lo chegar aos Srs. Vereadores. É verdade que é um plano que não é, em alguns casos, mais breve, em outros exige obras de requalificação, e mais longo, mas vai fazer chegar, tanto a uma bancada como a outra, essa matéria.-----



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº _____

Por isso, pensa que é de toda a justiça, pelo menos para aqueles da sua geração, não tanto para a dos presentes, e é uma questão que diz muito, provavelmente também aos seus familiares. -----



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº

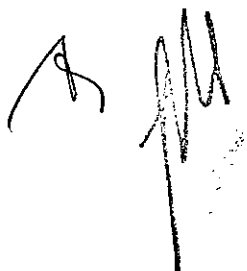
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo que se associa aos resultados da Sociedade Euterpe Alhandrense a que o Sr. Presidente fez referência, dizendo ainda, em nome da sua bancada, que os membros da CDU associam-se a esses resultados. -----



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº _____

Por isso, são notícias que lhe parecem importantes no âmbito do estacionamento.--



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

PONTO DE SITUAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE 2015 -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que irá passar a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para falar do orçamento participativo de 2015, uma vez que os resultados já são conhecidos e convinha neste momento fazer um ponto de situação. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, começando por cumprimentar todos os presentes e fazendo a leitura de um documento sobre a edição de 2015 do orçamento participativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, dizendo que foi uma vez mais um sucesso, consolidando-se enquanto mecanismo de participação cidadã. -----

Terminou, dando aos proponentes e votantes nos projetos vencedores da edição do orçamento participativo de 2015 os parabéns, dizendo ainda que, como é habitual, ir-se-á dando conta do desenvolvimento e concretização dos projetos vencedores ao longo do ano de 2016. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo, em relação à intervenção do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira, que a CDU acredita, e só tem que o fazer até prova em contrário, na fiabilidade do orçamento e da sua votação, e não é nada desse assunto que irá colocar. -----

Já abordaram por várias vezes a preocupação que têm em relação ao orçamento participativo, e provavelmente, no final do ano, quando se trouxer a reunião o regulamento do orçamento participativo, vão ter todos que ter uma análise mais profunda em relação à sua forma de funcionamento. Como disse o Sr. Vereador, e bem, tem sido um assunto normalmente aprovado por unanimidade por todas as forças políticas, percebem o seu objetivo e até concordam com ele, mas ao longo dos tempos, e crê que o Sr. Presidente pode concordar facilmente com isto, tem sido um pouco desvirtuado naquilo que era o seu grande objetivo e a sua grande função, colocar os munícipes do concelho de Vila Franca de Xira a participar, de uma forma espontânea, dando hipótese a que todos pudessem usufruir ou utilizar o dinheiro que é do orçamento municipal da forma que melhor entendessem. -----

Os resultados, aquilo que lhes mostram, são naturalmente a bem daqueles que venceram, mas os projetos que foram os primeiros vencedores são normalmente projetos apoiados em associações, instituições, e ganha aquele que tem mais



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

sócios ou que conseguiu fazer melhor o seu marketing ou transmitir melhor as suas ideias. -----

Portanto, e para terminar, consideram que se calhar vai-se ter mesmo de colocar outras regras, sob pena dos munícipes a título individual se virem numa situação de não terem qualquer tipo de possibilidade de participar. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vice-Presidente, numa primeira análise, já se referiu ao orçamento participativo, e só gostaria de dizer que nada é imutável e tudo é suscetível de ser melhorado, pelo que acompanha a Srª Vereadora nesse pensamento, e certamente que para 2016 virão à câmara municipal algumas propostas de alteração, que se irão analisar e discutir. Sobre aquilo que a Srª Vereadora diz, que a participação individual está a ser prejudicada, pensa que, de facto, se tem de reavaliar, e ir-se-á fazer com toda a naturalidade. -----

O orçamento participativo é um dos que mais sucesso tem no país, as condições que existem são as que são aconselhadas, mas isso não quer dizer que não se possa melhorar, é sempre suscetível de se melhorar tudo, e ir-se-á fazer, com a ajuda de todos. -----



REUNIÃO DE CÂMARA 31 AGOSTO'15 – OP

A edição de 2015 do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi, uma vez mais, um sucesso.

Há que saudar todos os participantes pelo seu envolvimento e empenho, desde a apresentação de propostas, até à votação: ambos superiores a todas as edições anteriores.

Uma palavra também para os colaboradores do Município que desenvolvem um trabalho fundamental neste processo.

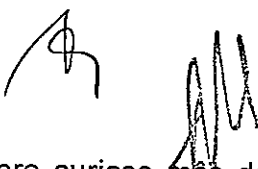
Os 5 anos de experiência de Orçamento Participativo permitiram criar uma cada vez melhor e mais consolidada estrutura nos seus mecanismos de submissão de propostas, validação e votação.

O modelo actual é, em muito, idêntico a outros projectos de OP desenvolvidos em diversos municípios portugueses, liderados por diversas forças políticas, como as que aqui estão também representadas.

O nosso modelo de votação é, em tudo, idêntico aos que são tidos como referências no território nacional.

O nosso OP é, também ele, cada vez mais, uma referência para quem estuda e trabalha nesta área da participação cidadã, mormente nas universidades. Não só pelo seu normativo, mas também pela implementação que temos conseguido dar às propostas vencedoras.

À semelhança de edições anteriores, também esta tem gerado muitas expectativas e paixões, sendo naturalmente compreensível a decepção daqueles que não viram as suas propostas vencedoras. Para eles, a nossa solidariedade e incentivo para que, se as Normas da próxima edição o permitirem, voltem a apresentar as suas propostas (ou outras que entendam úteis para a sua comunidade).



Notícia vinda a público neste sempre curioso mês de agosto, e prontamente desmentida, é incapaz de ficcionar ou recriar a realidade. A fiabilidade e transparência do processo são pilares do modelo que desenvolvemos.

O lapso ocorrido no ficheiro publicado com a tabela de resultados foi prontamente corrigido (a linha respeitante a um único projecto não constava na tabela). Tal não teve qualquer consequência nos resultados apurados e, por isso, não admitimos que possa ser utilizado para comprometer o trabalho sério que é desenvolvido.

Os nossos serviços estão naturalmente disponíveis para esclarecer todas as questões ou dúvidas que possam persistir.

Paralelamente estamos fortemente empenhados na concretização, dentro dos prazos previstos, das propostas da última edição, bem como em planear a execução dos que agora venceram.

Ao mesmo tempo, preparamos também a edição de 2016 e estamos abertos à inclusão de novas sugestões.

O OP tem sido um processo consensual, no plano político, no nosso Concelho, desde a primeira edição. Apenas uma vez não foi possível obter uma aprovação unanime neste órgão executivo.

Foram, de ano para ano, introduzidos algumas melhorias, nomeadamente através de propostas aqui apresentadas e devidamente consideradas. Esta é uma postura que mantemos, no espírito democrático que é a nossa prática conhecida.

Aos proponentes e votantes nos projetos vencedores da edição do OP de 2015 os nossos parabéns. Como é habitual, iremos dando conta do desenvolvimento e concretização dos mesmos ao longo do ano de 2016.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 014

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CASTANHEIRA DO
RIBATEJO E CACHOEIRAS-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, começando por cumprimentar todos os presentes, dizendo que, como é hábito, e é quase uma vez por ano, tem algumas notas, não muitas, mas algumas.-----

Em primeiro lugar, chama a atenção, porque se aproxima setembro e o início das aulas, para a questão da higiene pública, que se verifica, tanto na escola básica da Cevadeira, no exterior, como no interior da EB2,3, Dom António de Ataíde. O exterior da escola da Cevadeira é da responsabilidade do empreiteiro que lá esteve, que mantém o matagal junto à escola numa zona propícia a muitos roedores e rastejantes, e tem que se ter isso em atenção, por causa do início das aulas. Na EB2,3 a questão é a da zona verde que é da responsabilidade do Ministério de Educação, mas que periodicamente é a junta de freguesia que limpa, para não se ter ali uma escola de primeira e uma escola de segunda. -----

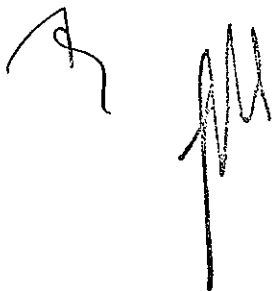
Chama à atenção para a questão da iluminação das rotundas a norte da freguesia, assunto que também já foi enviado à câmara municipal, e gostava de alguma resposta.-----

Quanto às urbanizações inacabadas, gostaria de saber o que se sabe sobre o assunto.-----

Relativamente à construção do auditório nas traseiras da junta de freguesia, como já foi dito ao Sr. Presidente a segunda fase no cemitério só poderá avançar após julho de 2018, não antes. -----

Quanto ao centro histórico, o projeto foi feito em 2009, e gostaria de saber para quando é possível a sua execução.-----

Relativamente à Castanheira do Ribatejo, reporta-se à limpeza urgente do rio das Portas, entre o final do rio, na parte que está tapada, junto à rua Palha Blanco, até pelo menos ao Lar de Betel, onde neste momento se é confrontado com grandes odores e retenção de águas com muitos maus cheiros, e muito roedores outra vez. No lugar das Quintas, quanto ao deslizamento da estrada da Pimenta, continua tudo exatamente igual como se passou há um ano atrás.-----



Há ainda o problema recorrente das passadeiras e garagens para os autocarros ao fundo da antiga estrada da Pimenta.-----

Depois, a limpeza das rotundas na zona das Quintas, pois já está a começar outra vez a crescer em força.-----

Quanto à estrada da Carapinha, nas Quintas, está-se em negociações com os proprietários, e após o conhecimento desses mesmos proprietários a junta gostaria de saber em que ponto de situação está a 2ª fase de águas pluviais.-----

Gostaria de saber da verificação dos esgotos na zona do parque infantil, porque mais dia, menos dia, vai-se ter que arranjar toda aquela zona e convém que aquilo já estivesse resolvido.-----



Passando à Vala do Carregado, gostaria de saber em que ponto está a ligação da zona ribeirinha ao restante concelho, e qual a validade da obra do rio Grande da Pipa, pois, no entender da junta as margens estão a descair, cheias de lixo e entulho, e há zonas em que já começa a estreitar de novo o caudal do rio.-----

É necessário também falar sobre o cais que lá foi instalado, pois a junta pensa que se perdeu qualidade e segurança no mesmo. O piso está todo levantado, os parafusos estão todos a levantar, o platex instalado em cima do cais em si está todo a levantar, pelo que facilmente se tropeça e vai parar dentro do rio Tejo. É ainda necessária a pavimentação urgente do parque de estacionamento do bairro da Atral-Cipan, pois foram levantadas as lajetas e ficou a promessa da pavimentação, que continua a tardar.-----

Por último, quanto às Cachoeiras, é quase tudo transversal e recorrente daquilo que foi apresentado em março na Castanheira do Ribatejo, que é a estrada do Picamilho, em que a junta sabe que está prevista uma intervenção, mas gostaria de saber qual é a situação da mesma.-----

Quanto à estrada do centro equestre, trata-se da elevação do muro que lá está, porque está-se a aproximar o inverno e vai-se ter outra vez o mesmo problema, ou seja, se uma pessoa ali tiver necessidade de travar, ao mínimo descuido vem pela ribanceira abaixo.-----

Quanto à estrada do Rabasco, foi feita uma intervenção de fundo pela junta de freguesia, mas neste momento o mato está outra vez a crescer, necessita de mais um corte, e enquanto isso não acontece, ou acontecendo, se calhar era necessário

Fl. Livro _____

Fl. Ata 016

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

toda aquela vala ser tapada, como está em frente ao clube da Loja Nova, sendo que tapada até serviria para alargar a faixa de rodagem, ou então colocar uns "rails" de proteção. -----

Quanto à estrada da academia de "dressage", que vai a sul da freguesia com o início do concelho de Arruda, era necessário arranjar aquele troço, porque está em péssimas condições. -----

Finalmente, na estrada da Barroca torna-se necessária a intervenção urgente ao nível das águas pluviais, porque aquilo é muito caótico na altura do inverno. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que o Sr. Presidente, Luís de Almeida, trouxe uma série de questões, e a algumas das quais o Sr. Vice-Presidente irá responder.--

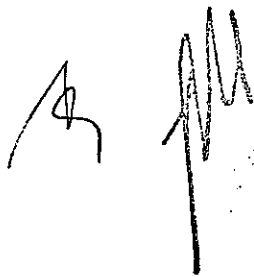
O próprio responderá a algumas, sendo que, de qualquer modo, e no início da reunião não referiu, mas devia tê-lo feito, informa que no dia 26, pela 15h00, vai ser inaugurado, nas Cachoeiras, o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira, que crê ser uma escolha que tem a ver com o trabalho que é feito em termos de investigação arqueológica nesta união de freguesias, e é também um fator de atração de pessoas às Cachoeiras. -----

Este é um trabalho que se fez em parceria muito estreita com a junta de freguesia, como aliás se tem vindo a fazer ao longo dos anos, ainda com o antecessor do Sr. Presidente, Ventura Reis, que aproveita para cumprimentar, pois na altura em que se iniciou a reunião não estava presente. -----

Desta forma, refere também esta inauguração, que parece particularmente importante, e aliás, em termos de investigação arqueológica e investimento nesta área, provavelmente Vila Franca de Xira será dos poucos municípios do país que, por um lado, faz este investimento, e tem arqueólogos ao seu serviço. Pensa que se vai manter, porque é bom preservar a memória, estando esse trabalho a ser feito pela câmara municipal, sobretudo pelos seus técnicos. -----

Assim, vai ser um dia interessante, que é o culminar de uma ideia que já se tinha ao longo do tempo, e considera que o local escolhido e a parceria feita com a junta é particularmente também feliz.-----

Depois, há matérias que, como o Sr. Presidente da junta referiu, são recorrentes, as quais de facto se vão tentando resolver, sabendo-se que não se conseguirão fazer todas. De qualquer modo, o que quer dizer ao Sr. Presidente é que a questão



do rio Grande da Pipa é aquela que lhe parece mais significativa, e no dia 26 de manhã vai-se ter uma singela inauguração, sendo que o deslizamento das margens é um fator que está absolutamente equacionado. Não é possível, com a margem com aquelas características, pensar que ficam sólidas para sempre, e imediatamente, só ficarão quando a vegetação fizer o seu trabalho natural, enquanto isso não acontecer vai-se ter que reparar. -----

Quanto à limpeza do caudal, é um trabalho que se vai fazer, não sabe se se vai fazer unicamente a expensas da câmara municipal, ou se se vai conseguir também que seja participado, com a Câmara Municipal de Alenquer, mas ver-se-á. Contudo, a limpeza do caudal é um trabalho que também se faz noutros locais. -----

Quanto ao cais, é uma matéria que se vai resolver, e sobre o estacionamento e pavimentação do bairro da Atral-Cipan, tem que ser feito um trabalho de saneamento e de águas pluviais conveniente, pois ao se fazer a pavimentação da zona vai-se impermeabilizar tudo aquilo, e o que vai acontecer é o que já aconteceu no passado, ter ali uma zona com muita água. -----

Não sabe se esta é uma matéria que está no planeamento dos SMAS, e se estiver agradece que o Sr. Vereador António Oliveira também fale sobre ela. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador António Oliveira, cumprimentando todos os presentes e dizendo que efetivamente há uma situação, em que os SMAS e a câmara municipal estão a trabalhar com a Simtejo, porque a própria Simtejo tem que fazer uma nova estação elevatória na zona do atual novo pontão. Há ali agora uma curva, e já foi reservado um espaço de terreno para se fazer uma nova estação elevatória, estando-se neste momento a aguardar a marcação de uma reunião na Simtejo, e esse é um dos vários assuntos a abordar. -----

A Simtejo, como é do conhecimento dos presentes, foi absorvida pelo novo grande subsistema para Lisboa e Vale do Tejo, e neste momento também anda com um pouco de confusão, e está a ser gentil com a situação. Há vários assuntos que neste momento estão em suspenso com a Simtejo, derivado a essa reorganização interna, esse é um deles, e enquanto a Simtejo não fizer ali a estação elevatória não se poderá intervir, porque, basicamente, é o leito do rio, é a cota, e só a partir daí é que se podem fazer os trabalhos do novo saneamento e pluviais. Não se pode estar a fazer a casa ao contrário, tem que se partir dali, pois é ali que vai bater



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 018

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

todo o escoamento.-----

Prosseguiu o Sr. Presidente, para dizer que depois o Sr. Vice-Presidente irá falar sobre as questões do centro histórico, e também relativamente à zona ribeirinha.---

Quanto às estradas, ir-se-á analisar, tendo tomado boa conta delas.-----

Por fim, como não se vai fazer a segunda fase do cemitério, e ainda bem que se foi prudente e não se fez o cemitério novo, pois é preciso às vezes ter alguma cautela nestas coisas, e provavelmente não é neste mandato que se vai fazer, de acordo com aquilo que o Sr. Presidente da junta acabou de informar, a câmara municipal está disponível para encontrar um outro trabalho que seja igualmente importante. Por isso, sugere que se abandone este trabalho da segunda fase do cemitério.-----

Em termos de estudo, orçamento e lançamento da obra, tudo está pronto, todo esse trabalho é recuperado e facilmente se lança a obra, mas como não vai ser feito neste mandato, valerá a pena pensar noutra situação, para que, por esse valor ou um semelhante em termos de custos, possa ser substituída essa obra.-----

Pensa ainda que sobre essa matéria poderá mais tarde falar com o Sr. Presidente da junta.-----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o Sr. Presidente da junta mencionou dois aspetos que têm sido também prioritários na abordagem da câmara municipal na freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras. Por um lado, a questão da valorização urbana, que é importante, e a regeneração urbana do seu tecido, mas também a valorização cultural, que o Sr. Presidente da junta referiu como preocupação, e que tem sido a da câmara municipal.-----

Realça, para além do que disse o Sr. Presidente, que o esforço envidado na requalificação das margens e do leito do rio Grande da Pipa foi acompanhado de um esforço de qualificação do espaço, de maneira a que possa ser utilizado pela população, como aliás se tem vindo a fazer no restante do concelho.-----

Uma das prioridades da intervenção para o Portugal 2020 é exatamente a continuação da requalificação das zonas ribeirinhas, e, nomeadamente nesta zona, os contactos que se têm vindo a fazer, e que são públicos, com a Câmara Municipal de Alenquer, no sentido de construir uma candidatura que possa ultrapassar o Programa Operacional Regional de Lisboa, e vir a aproveitar também verbas dos outros planos regionais, onde se insere já Alenquer. Tecnicamente, e politicamente,



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº

já houve várias reuniões com a Câmara Municipal de Alenquer, sendo a perspectiva conseguir também aproveitar este movimento de profunda transformação da Vala do Carregado para a construção de um parque mais amplo junto à zona ribeirinha, que faça a interligação do município de Vila Franca de Xira com o de Alenquer. -----

Depois, para complementar a informação dada pelo Sr. Presidente, enquanto se faz esta reunião de câmara estão a decorrer as escavações arqueológicas no Monte dos Castelinhos, não só com os arqueólogos da câmara municipal, mas com a equipa de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que mais um ano vêm dar um acompanhamento importante. -----



O ano de 2015 foi particularmente importante no que toca à garantia de continuação do trabalho da câmara municipal neste aspeto de estudo arqueológico no Monte dos Castelinhos, uma vez que se conseguiu, junto da Direção-Geral do Património Cultural, obter a aprovação dum projeto a vários anos para desenvolvimento das escavações do Monte dos Castelinhos. -----

Assim, diria que, no que toca à Castanheira, mas também no que toca ao concelho, existem as condições necessárias, sob o ponto de vista técnico e da vontade política do executivo municipal, de aprofundar o conhecimento que se tem sobre a presença romana na Península Ibérica, tendo a Castanheira um papel muito importante, como aliás o Sr. Presidente também já deu conta. -----



Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que crê que o desenho que enviou na altura era suficientemente esclarecedor, mas solicita ao diretor do departamento. Arqtº Nuno Santos, que se possa aprofundar a localização do terreno. -----



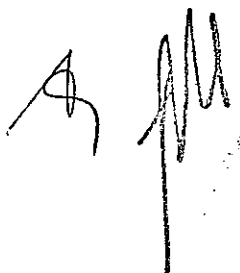
Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ELIMINAÇÃO DAS PLACAS DE FIBROCIMENTO NAS ESCOLAS-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que está a começar um novo ano letivo, daqui a sensivelmente 20 dias vai começar o novo ano letivo, e a CDU gostaria de perceber se o plano de eliminação das placas de fibrocimento do concelho de Vila Franca de Xira está a decorrer a bom ritmo, quantas escolas foram intervencionadas nesta pausa, nestas férias escolares, e quantas ainda se encontram por retirar. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que, como se sabe, a câmara municipal ainda está a desenvolver neste período de interrupção de férias um conjunto muito importante de trabalhos nas escolas do concelho, cerca de 300 000,00€ dedicados à recuperação e reabilitação dos estabelecimentos do pré-escolar e 1º ciclo no concelho, e antecipou-se para este verão a substituição de todas as placas com amianto que ainda restavam nas escolas da responsabilidade da câmara municipal, ou seja, quando o ano letivo abrir, todas as escolas do pré-escolar e do 1º ciclo do concelho de Vila Franca de Xira têm as coberturas livres de amianto, porque já foram todas substituídas por parte da câmara municipal. -----

Como se sabe, foi um objetivo que o Sr. Presidente apresentou para o mandato 2014/2017, e conseguiu-se antecipar, por um esforço suplementar que se entendeu fazer nesta matéria. -----

De qualquer forma, deixa a preocupação que sabe que também é da Srª Vereadora, porque também já a levantou várias vezes, o facto das escolas EB2,3 e as secundárias continuarem todas com fibrocimento. Apesar de terem sido anunciados pelo Governo, nos últimos 2 anos, vários programas de substituição de coberturas com amianto em estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e secundárias, que não são da responsabilidade das câmaras municipais, a verdade é que nada foi feito, não houve nenhuma alteração nas coberturas com amianto do concelho, apesar das insistências que se têm feito até em termos de câmara municipal, junto do ministério e das entidades que são responsáveis. -----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
COLOCAÇÃO DE MONOBLOCOS NA ESCOLA DO CABO - VIALONGA -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, reportando-se à Escola do Cabo, em Vialonga, onde estava perspectivada a colocação de contentores ou monoblocos para fazer face à sobrelotação e horários duplos, dizendo que pelo que os membros da CDU conseguiram perceber estes monoblocos ainda não estão colocados no lugar. Há ainda um antigo monobloco que tem sido alugado por conta da associação de pais que se encontra no lugar, e pensam que já não deveria lá estar. Portanto, está-se a 20 dias do início do ano letivo e era bom que começasse com os monoblocos colocados na escola. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que este próximo ano letivo, mais uma vez, abre com a égide da escola a tempo inteiro, e esse caminho que se tem vindo a fazer é um caminho consolidado, e diria que é uma revolução tranquila que se tem vindo a introduzir no conjunto do parque escolar, uma vez que se tem vindo a conseguir, de ano para ano, reduzir paulatinamente o número de turmas em horário duplo, ou seja, está a aumentar cada vez mais o número das crianças que têm o horário normal no 1º ciclo, o que facilita a articulação com as IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, e as associações de pais também, na gestão, quer das ATL – Atividades de Tempos Livres, das CAF - Componente de Apoio à Família, que são importantes, quer também com as AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular. -----

Recorda que as AEC têm existido sempre no concelho, por iniciativa da câmara municipal, em parceria com os parceiros locais, nomeadamente IPSS e associações de pais, e tudo se prevê que este ano continuem, embora o molde das AEC tenha vindo a ser reduzido também, paulatinamente, por parte do Ministério da Educação, e este ano é cerca de metade do tempo do ano passado, que já tinha sido metade do tempo do ano anterior, mas esse é um caminho que a câmara municipal, as IPSS e as associações de pais também já estão habituadas, e têm as coisas preparadas de maneira a que tudo corra com regularidade. -----

Vai haver uma redução muito importante este ano do resto dos horários duplos no concelho, que já são muito residuais. Vão-se reduzir 22 horários duplos que se tinham no concelho, e 8 são no Sobralinho, por via da inauguração da nova escola



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

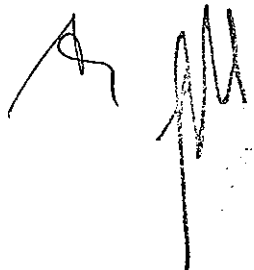
Fl. Ata - 024

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

EB1 do Sobralinho, que vai ocorrer agora, no arranque do ano letivo.-----
Depois, 8 turmas que estavam em horário duplo passarão a horário normal, no Forte da Casa, por via da articulação feita com o agrupamento, em que parte das crianças do 1º ciclo vai passar para as instalações antigas do 2º e 3º ciclos, passando a incluir o 1º ciclo, como aliás se fez noutras escolas do concelho, resolvendo-se completamente o problema dos horários duplos no Forte da Casa.----
Por fim, resolvem-se mais 6 horários duplos em Vialonga, numa articulação estudada com o agrupamento, exatamente com a intervenção que está a ser feita, uma intervenção profunda feita este ano na escola do Cabo. Para além da reabilitação do próprio edifício, que tinha um conjunto de problemas infraestruturais, e que mereceram a intervenção da câmara municipal muito pesada, no sentido em que se interveio em muitos dos aspetos da escola, há a instalação de 2 monoblocos, que vai ocorrer para a semana, que vão permitir a eliminação total dos horários duplos naquela escola. Isto é interessante, até porque se aproveitou para a utilização dos que lá estavam para ATL, resolvendo também o problema que a associação de pais tinha. Não sendo em nada da responsabilidade da câmara municipal, foi criada uma oportunidade que a autarquia quis resolver, e conseguiu resolver à associação de pais, no que é a relação normal que tem com os seus parceiros. -----
Portanto, vai haver uma redução de 22 turmas que estavam em horário duplo e passam a horário normal, nestes locais, ficando a sobrar as turmas que ainda se manterão em horário duplo na Escola nº 2 de Vialonga, cujas obras já arrancaram, e será a próxima escola totalmente nova, em que as crianças estão instaladas provisoriamente no Ninho de Empresas, e aí ainda se mantiveram algumas turmas em horário duplo. Depois, também na zona de Alhandra antiga se mantêm as turmas duplas, mas ficarão resolvidas.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

REQUALIFICAÇÃO DE ESCOLAS NO CONCELHO -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU ouviram o Sr. Ministro da Educação falar que existem 120 escolas que precisam rapidamente de ser requalificadas, e não é uma questão de campanha eleitoral, diz o Sr. Ministro, mas agora deu-lhe vontade de falar nestas 120. -----

Assim, gostariam de saber se o Sr. Presidente sabe se nestas 120 escolas estão as escolas do concelho que precisam de ser intervencionadas, nomeadamente a escola Aristides de Sousa Mendes, a escola de Alhandra, a escola de Vialonga e também o fim da requalificação da Gago Coutinho. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a questão da Escola Secundária Gago Coutinho é conhecida, houve um anúncio, antes das eleições europeias, pelo Ministério da Educação, dando conta que as obras arrancariam no ano 2015, foram as eleições europeias, está-se a chegar ao fim de 2015, e agora, na véspera das eleições legislativas, o Governo veio dizer que as obras arrancarão no início de 2016.-----

Portanto, espera, no caso em concreto, Partido Socialista, que o próximo Governo possa efetivamente arrancar com as obras, e que esse seja um compromisso assumido também pelo Partido Socialista. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vice-Presidente já falou, pelo que se vai dispensar de o fazer, só espera que efetivamente, desta informação do Sr. Ministro, que em sentido lato falou em 120 escolas, a Gago Coutinho esteja incluída. Contudo, isso não foi informado, e das diligências que fez a câmara municipal não conseguiu saber. -----

Naturalmente que são meras coincidências estas informações chegarem agora, não tem dúvidas nenhuma disso, mas coincidências ou não, o que é preciso é que se faça. Aliás, seja com que governo for, estas alturas são sempre boas, porque é anunciada uma série de coisas, e algumas são feitas. -----



É importante que haja eleições, e não diz que há sempre o esquecimento de promessas, mas, pelo menos, com o trabalho que é desenvolvido ao longo de uma legislatura, às vezes algumas coisas ficam para trás, e nestes momentos recuperam-se, o que não é mau. -----



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº _____

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que não tem nenhuma informação a esse nível, pelo que diria que no dia de hoje não vai ser encerrada nenhuma escola.-----

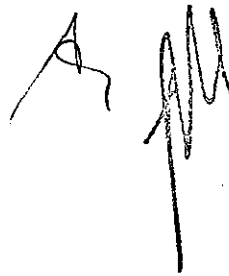


Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
CARTA DE MORADOR RELATIVA A QUESTÕES NA RUA NOVA DA ESPERANÇA -
CASAL DO ÁLAMO – SÃO JOÃO DOS MONTES-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, cumprimentando todos os presentes e dando um cumprimento especial à Associação de Promoção Social de Castanheira do Ribatejo, por receber os presentes neste dia, dizendo que gostava de colocar algumas questões, começando por uma carta que o executivo municipal recebeu e os membros da CDU também, porque lhes foi enviada para conhecimento, de um morador que se diz ser representante de vários, da rua Nova Esperança, no Casal do Álamo.-----

Este morador coloca uma série de questões, nomeadamente da implantação de sumidouros e recarga de alcatroamento na rua Nova Esperança, neste casal, e gostavam de saber se já existe uma resposta para lhe dar, qual será a resposta, e o que é que a câmara municipal pensa fazer em termos do que será a recarga de pavimentos e a possível implantação de sumidouros neste local.-----

Respondeu o Sr. Presidente que esta foi uma das ruas que a junta de freguesia não sinalizou como necessária para a recarga. A rua José Afonso, que é contígua, foi sinalizada, a Nova Esperança não foi, de qualquer modo a carta recebida, que o executivo também recebeu, está a ser analisada, e a questão das drenagens de sumidouros que o munícipe refere, com muita acuidade, como uma necessidade muito urgente, é uma matéria que se está a estudar, resolvendo-se também numa parceria dos SMAS.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
INSPEÇÃO DA ASAE AO REFEITÓRIO MUNICIPAL – VILA FRANCA DE XIRA-----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que os membros da CDU gostavam de colocar uma questão relativa ao refeitório municipal, dizendo que no período antes das férias, antes de encerrar, foi visitado por uma inspeção da ASAE. Entretanto, sabem que a inspeção notificou a câmara municipal para a resolução de uma série de questões, o refeitório fechou no período de férias, como é normal todos os anos, e já reabriu, mas também sabem que após esta reabertura ainda, ou pelo menos aparentemente, rigorosamente nada foi feito que pudesse indiciar qualquer cumprimento daquilo que foi a notificação da ASAE. -----



Neste sentido, gostavam de saber que notificação foi esta, quais foram os considerandos que a ASAE teceu na mesma, o que é que a câmara municipal pensa fazer relativamente a essa questão, bem como de serem recetores dessa notificação por escrito por parte da câmara municipal. -----

Respondeu o Sr. Presidente que a ASAE foi, de facto, ao restaurante municipal, mas não colocou nenhum reparo de ordem da organização do próprio restaurante. A única coisa que solicitou foram algumas certificações, que na altura não foram prestadas, na medida em que quem está com esse processo é o chefe de divisão, Dr. Paulo Alenquer, que estava de férias, e em comunicação com ele foi possível imediatamente fazer chegar à ASAE esses elementos de certificação. -----

Assim, nada de preocupação, a ASAE olhou e não fez nenhum reparo a nível dos espaços, dos equipamentos e daquilo tudo que poderia ter que ser alterado, não tendo esse aspeto sido referido. -----

Por outro lado, não se recebeu nenhuma notificação até agora, porque as questões que foram colocadas foram resolvidas, e pensa que a situação está ultrapassada. ---

De qualquer forma, são sempre boas estas visitas, auditorias ou vistorias, pois são sempre importantes para melhorar alguma coisa que seja suscetível de melhorar, e o executivo saúda a sua vida. Não sabe de que forma a ASAE lá chegou, se foi de modo próprio, ou de outra forma qualquer, mas estas visitas são sempre importantes, porque obrigam a estar sempre atento na melhoria, numa área tão sensível como esta. -----

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
SITUAÇÃO DO TRIBUNAL DO COMÉRCIO E DO CENTRO COMERCIAL DE VILA FRANCA
DE XIRA -----

Interveio o Sr. Vereador Orlando Silva, cumprimentando todos os presentes, nomeadamente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo têm algumas perguntas para fazer, começando por perguntar ao Sr. Presidente se poderia indicar o que se passa concretamente nesta altura com o Tribunal do Comércio.-----

Sabem que foi aberto um concurso no prazo de 20 dias, para apresentação de propostas para aluguer de instalações em Vila Franca de Xira, e, como o Sr. Presidente sabe, a Santa Casa da Misericórdia teria apresentado e estaria, desde setembro ou outubro do ano passado, para entabular negociações com o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça. Assim, gostariam de saber qual o ponto da situação nesta matéria, pois não sabem, depois disso, o que se passou.- --

Gostariam também de saber qual é o ponto de situação sobre o centro comercial de Vila Franca de Xira, pois foram surpreendidos com a situação de que iam ser emparedadas todas as entradas, na medida em que haveria pessoas a dormir naquele espaço, a fazerem as suas necessidades cá fora, e não sabem o que efetivamente vai acontecer, se a câmara municipal avançará com o aluguer das instalações para a mesma naquele local, ou se tem outro sentido.-----

Estes dois pontos prendem-se mais ou menos um com o outro, porque, por aquilo que é verificado através da abertura do concurso, dá a ideia que tudo indica que o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça talvez aponte para o aluguer das instalações do centro comercial. Da maneira, pelo menos, como está redigido o plano de apoio, parece indicado assim, mas não sabem se será verdade se é mentira, e gostavam de saber, realmente, em que ponto estão estas duas situações.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que o fecho dos vãos é uma matéria que a empresa já devia ter feito e, como já referiu, vai-se esperar mais uma semana que o faça. Caso não o venha a fazer tem que ser a câmara municipal a fazê-lo coercivamente. É sempre uma matéria que se evita, mas se não houver outra solução, assim será. -----



Fl. Ata 030

Proc^o _____

Deliberação nº _____

Para si neste momento o sítio é indiferente, é preciso é que se decida, e espera ainda esta semana falar com a Dr^a Juíza, para saber como é que se está. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 031

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
ATRASO NO PAGAMENTO DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS AOS TRABALHADORES DA JUNTA
DE FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTA IRIA E FORTE DA CASA -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, cumprimentando todos os presentes, começando por perguntar se a câmara municipal tem conhecimento, ou se eventualmente os sindicatos, que têm uma presença maior e mais efetiva na câmara municipal e no concelho, fizeram chegar alguma preocupação sobre os atrasos no pagamento dos subsídios de férias aos trabalhadores da Junta de Freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa.-----

Os membros da Coligação Novo Rumo pensam que é uma situação que não se deve repetir, porque não se deve a nenhum problema de falta de verbas da junta, pode e deve ser um problema de gestão clara e objetiva ou má gestão, neste caso clara e objetiva, da junta de freguesia. Veem sempre um conjunto de entidades tão ativo em determinadas alturas, e estranharam que efetivamente se fez um silêncio brutal em relação ao não pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores da junta, e espante-se, pra mais, que o Sr. Presidente de junta diz que o problema se pode vir a repetir no pagamento do subsídio de Natal, sendo que o subsídio de Natal, pelos vistos, é pago em duodécimos.-----

Assim, não sabem se o Sr. Presidente da junta o está a pagar mensalmente e espera não pagá-lo depois, mas se não o estiver a pagar mensalmente, não está a cumprir a lei, pelo que, das duas uma, ou fala do que não sabe, ou diz o que não deve e, no fim, não sabe o que está a dizer. -----

Pensam que efetivamente a câmara municipal tem e deve avaliar o que se está a passar, e questionam, sinceramente, o que é que os sindicatos estiveram a fazer. Não sabem se estiveram de férias durante este período de tempo, se só falam de algumas coisas que até lhes dizem respeito, eventualmente, na câmara municipal, e noutros sítios ficam objetivamente e olímpicamente silenciados sobre este processo, que aos membros da Coligação Novo Rumo deixa bastante preocupados. Não teve a ver com nenhuma intervenção externa de quem quer que seja, com problemas de cortes de verbas, nem da câmara municipal, nem do Governo, tem a ver com um problema de gestão, sério e objetivo, que a todos deve preocupar. -----

Respondeu o Sr. Presidente que recomenda ao Sr. Vereador Rui Rei que essa



Deliberação nº

As juntas de freguesia e assembleias de freguesia têm a sua autonomia própria, e sobre isso não se vai pronunciar, nem fazer mais comentários nenhuns, dizendo no entanto que de facto estas situações devem ser evitadas.-----



Deliberação nº

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando que o Sr. Vice-Presidente já hoje referiu que se está a trabalhar para que todas as condições estejam asseguradas, e haja um início de ano letivo sem problemas.-----



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA -----

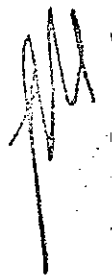
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que pretende chamar a atenção da câmara municipal que ser e ter um objetivo da escola pública, e o trabalho pela escola pública, é dotá-la de condições, não é só fazer um discurso que é recorrente, dizer que se defende a escola pública até parecer um disco riscado, mas quando se chega à altura nem as escolas têm todos os auxiliares necessários para poderem acompanhar as crianças, nem a câmara municipal dá condições para que as crianças possam ter o mesmo grau de qualidade ou oportunidades que outras instituições têm no concelho, e não precisam de ser instituições privadas, basta serem IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social. -----

Assim, já que se está numa instituição particular de solidariedade social, a câmara municipal tem que efetivamente criar uma uniformização da oferta no concelho. ----
Sendo o próprio um homem de esquerda, até é normal que fale disto, o que estranha é que os outros, de direita, normalmente se esqueçam de falar destas coisas, ou seja, não faz muito sentido que os pais das crianças paguem, quando a criança está no seu tempo integral, antes de estar no ensino obrigatório, 170,00€, 200,00€ ou 200 e tal euros, e depois, quando se está a falar só de lhe dar alimentação, ou de a ir buscar à escola para lhe dar alimentação, o valor que pagam por um complemento destes seja sensivelmente o mesmo. -----

Há qualquer coisa que não está certa, e a câmara municipal tem efetivamente que ter, em conjunto com as associações de pais, e com a política que tem de ter de educação para o concelho, que não é só abrir espaços que se diz que estão ao serviço e espaços de educação pública, que nalguns casos depois fazem concorrência direta ao investimento que a própria câmara municipal e o Estado já fizeram nas instituições particulares de solidariedade social, ao lado, uma oferta integrada da educação, para que os pais não sejam chamados a pagar os custos que não são deles, mas que são de um conjunto de instituições públicas e privadas, que foram assumindo. -----

Isto não faz sentido algum, o que faz sentido é que a escolaridade obrigatória seja efetivamente tendencialmente gratuita, principalmente num concelho que se diz de esquerda, que se diz na vanguarda, sendo que até no último boletim do pessoal

A



o Partido Socialista consegue fazer uma coisa que nunca viu, que é um apelo direto ao voto no Dr. António Costa, dizendo: "É importante que todas e todos nos concentremos a apoiar o PS e António Costa, não desperdiçando energias com propostas irrealistas ou anúncios de soluções sem utilidade para o futuro do país".- Perante um cenário destes só pensa que a câmara, socialista, vai com certeza implementar aquilo que tanto diz no país, que é a defesa da escola pública, e o aplicar daquilo que se fala tantas vezes na Constituição, que é entregar aos pais uma escola de qualidade e tendencialmente gratuita, e não o contrário, tendencialmente paga. -----

Portanto, o que quer só dizer ao Sr. Presidente é que não basta só falar, tem, efetivamente, que se implementar, e a câmara municipal, em Vila Franca de Xira, é gerida pelo Partido Socialista, e não vale a pena vir dizer que os problemas são sempre dos outros. O executivo tem a capacidade de fazer a diferença, de demonstrar que há uns "malandros" que estão no Governo, mais ou menos como faz o Dr. António Costa, em que há uns "malandros" que estão lá para cima, que não fazem, mas ele conseguiu fazer "sol na eira e chuva no nabal", que foi diminuir os impostos, aumentar a receita, não aumentar nada às pessoas, e fazer e ter uma Câmara Municipal de Lisboa que é fantástica. Esqueceu-se foi de dizer que tem lá 300 milhões de euros que foram todos que lhe pagaram, e o próprio não ouviu nenhuma câmara dizer nada sobre isto. -----

Espera que efetivamente a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira faça a diferença naquilo que tantas vezes apregoa, que é "escola pública, escola pública", e então que efetivamente se deem meios à escola pública, para que tenha condições e, consequentemente, os nossos filhos também possam ter condições nessa mesma escola pública. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que o PS não tem qualquer preconceito com a articulação que faz, antes pelo contrário, com os parceiros locais, sejam eles quais forem, nomeadamente IPSS e associações de pais. Aliás, sabe-se e vive-se no concelho com um conjunto de soluções com qualidade para as suas crianças, que são pouco habituais no conjunto dos municípios do país, sobretudo porque no conjunto dos municípios do país não existe uma rede tão coberta com IPSS como existe no concelho. -----



É importante que a câmara municipal dê oportunidade às instituições para trabalharem no terreno noutras áreas, em novas áreas, em que fazem um bom trabalho, que é reconhecido, e para que isso seja possível não há nenhum tipo de preconceito relativamente à posição, quer da câmara municipal, quer de cada uma dessas instituições. -----

A câmara municipal não tutela as IPSS, não tutela as associações, não dá ordem às associações, não há uma figura de ordem ou ingerência nas associações nem IPSS, o que faz é uma articulação com elas, está satisfeita, a alimentação é de qualidade, continuará, as ATL – Atividades de Tempos Livres, continuarão a funcionar com regularidade, as CAF - Componente de Apoio à Família, bem como o reforço alimentar também, que é uma das características dos serviços da câmara municipal. -----

Como última referência, tinha algumas dúvidas de quem se dedicaria a ler os textos das diversas forças políticas na Informação ao Pessoal, e estima que o Sr. Vereador Rui Rei tenha lido atentamente o texto, esperando, tendo até em conta que é um homem de esquerda, que siga o conselho que lá se dá, porque será um voto certo, num futuro diferente e de esquerda para o país, que está mesmo a precisar. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se vai continuar a fazer este trabalho da escola pública, porque o executivo municipal acredita nela, em complementaridade com as outras opções que existem, e que são opções dos próprios pais. -----

Para o Partido Socialista, e não só, para todos, a escola pública é um fator a ter em consideração, pois se assim não fosse algumas famílias não tinham possibilidades de ter os seus filhos nas escolas. Assim, é o pilar da democracia e da liberdade, em termos de dar oportunidade que todos possam estudar, coisa que não acontecia antes do 25 de Abril.-----

Agora, as opções não se restringem na escola pública, naturalmente, há o ensino particular e cooperativo, há o ensino solidário e o ensino particular, que complementam toda esta rede, e as famílias fazem as opções que entenderem mais importantes para os seus filhos. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____
Fl. Ata 037

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS NA ZONA DA VERDELHA – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que na passagem que os membros da Coligação Novo Rumo fazem algumas vezes em Alverca do Ribatejo, notaram que na fábrica de vinagre, que existia na zona da Verdelha, iniciaram-se obras de demolição dos edifícios, e gostavam de saber o que é que efetivamente se passa neste local.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que dali vai nascer uma empresa que é a Norauto, dedicada à atividade ligada aos automóveis, que pensa que ainda este ano é capaz de estar a funcionar, mas ver-se-á.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 038

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

ASSOREAMENTO DO RIO NA ZONA RIBEIRINHA DA PÓVOA DE SANTA IRIA -----



Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que ontem esteve na zona ribeirinha da Póvoa e foram levar-lhe uma pequena embarcação de borracha para depois experimentar o rio que ali se tem, e a verdade é que conseguiu até entrar no rio. Como ontem e hoje são as maiores marés, houve uma maior amplitude de tempo em que se podia entrar, porque, caso contrário, tem-se ali uma rampa pública que só serve 1 ou 2 horas durante o dia, e depois não serve para mais nada. Nem para o lazer, nem inclusivamente para os bombeiros, se tiverem que entrar, porque não têm condições de entrar nele. Se houver algum problema no rio, na Póvoa de Santa Iria, os bombeiros têm que entrar em Alhandra, têm que ir a Alhandra, põem a embarcação no rio, para depois irem socorrer alguém na Póvoa de Santa Iria. -----

Considera que é absolutamente inaceitável que o rio esteja assoreado daquela forma, e se continue a ter o espaço naquelas condições, sem ter ali uma verdadeira limpeza e desanuviar de todo o espaço e espelho de água, pois basta que a maré comece ligeiramente a vazar que não se consegue entrar. -----

Portanto, ter-se-á ali sistematicamente um problema para quem quer tentar usufruir do rio, e se se tiver efetivamente um problema de segurança, os bombeiros não conseguem entrar no rio Tejo, a não ser que vão a Alhandra, ou então de helicóptero, que pode deixar a embarcação no rio e ir à vida, mas entretanto tem que chegar. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo, quanto a esta questão da zona ribeirinha e da dificuldade de acesso, que não pode estar mais de acordo com o Sr. Vereador, mas o que quer dizer é que há 2 anos que se anda para desassorear a marina da UDV – União Desportiva Vilafranquense, e parte de uma zona do Cais da Padeirinha, em Alhandra, porque se colocam muitas dificuldades, sendo que só na APA – Agência Portuguesa do Ambiente, esteve lá seguramente um ano, com várias insistências. Veio agora o parecer, com a exigência de não sabe mais quantas coisas, e o que diz é que assim não se vai lá. -----

Só em estudos vai-se gastar mais do que na intervenção propriamente dita, e cada vez que se faz uma sondagem vem uma exigência, que as lamas têm de ser tratadas, têm que ir não sabe para onde, bem como que parte tem que ser levada



até alto mar para ser depositada.-----

Enfim, desta forma o desassoreamento do rio é muito mais complicado e difícil. Não tem dúvida nenhuma que é uma tarefa de todos, espera que o próximo governo, seja ele qual for, tenha na agenda política a necessidade de desassoreamento e da boa navegabilidade do Tejo, justamente nesta zona, e se assim não for pensa que é muito difícil, com estas dificuldades todas.-----



Como em tudo na vida, tem que haver algum bom senso, o equilíbrio e a sustentabilidade ambiental são fatores que não se podem perder de vista, mas não se pode ser tão excessivo que se fique manietado de fazer aquilo que se pode fazer.-----

Por outro lado, quer dizer ao Sr. Vereador que quando se avançou com o trabalho da requalificação da zona ribeirinha, na zona sul, no projeto inicial avançava-se uns metros na linha de água, mas não foi permitido, porque era uma zona de sapal, uma zona não sabe de quê ou de quantos, e o facto é que aquele paredão podia ter avançado uns 5 metros, pois facilitaria aquilo que o Sr. Vereador acabou de referir.-----

São regras de carácter ambiental, que se têm naturalmente que cumprir, mas o desassoreamento é uma exigência, e vai-se continuar a lutar por isso.-----



Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----
RETIRADA DE FOTOGRAFIA DOS MEMBROS DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO DE
ARTIGO DA INFORMAÇÃO AO PESSOAL-----

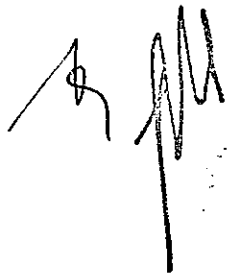
Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, reportando-se à questão da Informação ao Pessoal, dizendo que chama à atenção do Partido Socialista que foram aprovados, nesta câmara municipal, os espaços para os partidos com assento na mesma. Contudo, não neste boletim informativo ao pessoal, mas no anterior, o Partido Socialista arrogou-se no direito de retirar uma fotografia que os membros da Coligação Novo Rumo tinham colocado no boletim, e o argumento de quem gere é que teve indicações superiores. -- Pensa que o "tempo do Dr. António Ferro" já tinha passado, o lápis azul não existia, o Dr. Oliveira Salazar caiu da cadeira há mais de 40 anos, e portanto não se pode ter um boletim informativo com campanha eleitoral à descarada, e depois o Partido Socialista arrogar-se do direito de ter uma matriz editorial que não lhe diz respeito. Assim, é bom que da próxima vez que enviem uma situação destas as coisas sejam efetivamente publicadas, porque, caso contrário, irão publicar esta informação na câmara municipal, se necessário na tipografia da mesma ou no pátio da câmara, porque a democracia, em teoria, quando nasce é para todos, não há uns que são pais da democracia, e outros que são afilhados. -----

As coisas têm que ter regras, têm que ser todos conhecedores dessas regras, caso contrário não estão disponíveis para estarem neste jogo, e obviamente não ficarão calados, nem quietos, e vão demonstrar o seu descontentamento. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que poucas câmaras neste país têm um boletim municipal ou informação ao pessoal em que as oposições podem ter voz, e é um fator importante em termos democráticos. Aí, se se vai olhar para o país, provavelmente nem sabe quantos exemplos se vão ter, se calhar muito poucos, e não vai agora falar de exemplos, senão vão-lhe logo dizer que já está a fazer comparações. Contudo, o facto é que as comparações são importantes, para perceber que se está já muito evoluído naquilo que deve ser o trabalho e aprofundamento da democracia. -----

Quanto àquilo que o Sr. Vereador refere, uma das questões tem a ver com facto de que a informação deve, única e exclusivamente, ter fotografias dos eleitos, não devem ser fotografias de outras pessoas que não os eleitos.-----

De qualquer modo, pensa que este aprofundamento que necessariamente se tem



sempre que fazer é possível, e espera que um dia também a câmara municipal seja acompanhada de outros municípios que ainda não têm esta prática. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando se o Dr. António Costa é eleito em Vila Franca de Xira, ao que o Sr. Presidente respondeu que será eleito pelos portugueses, sejam eles de onde forem, e se for. -----

Retomou a palavra o Sr. Vereador, dizendo que os boletins devem ter fotografias dos eleitos, e os membros do PS têm do Dr. António Costa, que é um eleito. -----

Respondeu o Sr. Presidente que se o Sr. Vereador olhar para todas as informações das 3 bancadas, são intervenções escritas, eminentemente político-partidárias, e a câmara municipal, sobre essa matéria, não faz questão absolutamente nenhuma. --

Quando o Sr. Vereador disse, e aí é que se preocupou, que a câmara municipal estava a apelar ao voto, não é a câmara municipal, é o Partido Socialista, que tem um espaço que lhe é concedido na Informação ao Povo, que não tem nada a ver com a câmara municipal. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que esta câmara municipal só tem esta pluralidade porque a maioria tomou a decisão de que era assim, mas não veio a reunião de câmara a decisão de retirar as fotografias que os membros da Coligação Novo Rumo quiseram colocar. -----

Portanto, não há nenhuma legitimidade para ninguém, na câmara municipal, seja político ou funcionário, retirar uma fotografia que vai num artigo da Coligação Novo Rumo, o que quer dizer que da próxima vez os membros do executivo trazem o editorial, e maioritariamente se decide, pois foi assim que decidiu o voto da maioria dos vila-franquenses. -----

Respondeu o Sr. Presidente que há um equívoco, pois o executivo não retirou, solicitou à Coligação Novo Rumo, não tomou essa decisão. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que não é verdade, por uma razão simples, se fosse verdade os membros da Coligação Novo Rumo não teriam anuído à retirada, e o executivo tinha que publicar, sendo tão simples quanto isto. Não anuíram a retirada de coisa nenhuma, foi-lhes informado que o executivo não queria, e o executivo retirou, sendo essa a questão. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, mencionando que está muito bem, e passará de seguida à ordem do dia. -----



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº _____

Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

RESPOSTAS ÀS QUESTÕES COLOCADAS NO PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que já se está meia hora atrasado relativamente ao período antes da ordem do dia, e fica o compromisso que vai guardar mais 10 minutos, no final de reunião, para se fazer uma segunda volta. -----

Portanto, cabe aos presentes desenvolverem os trabalhos com a eficácia que tiverem a capacidade de ter. -----



Deliberação nº 486

Assunto: ATA Nº 16/2015, DA REUNIÃO DE CÂMARA DE 2015/07/15-----
 Presente para aprovação a ata da reunião de câmara de 2015/07/15, com dispensa da sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----
 Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 16/2015, da reunião de câmara de 2015/07/15, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Rui Ribeiro Rei, António José Sequeira Félix, Paulo Sérgio Pinto Rodrigues, Ernesto Simões Ferreira e Orlando Sequeira Ferreira da Silva, por não terem estado presentes.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 045

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº 487

1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – EDIÇÃO DE LIVRO DE HOMENAGEM AOS 10 ANOS DE EXISTÊNCIA DA UNIVERSIDADE SÉNIOR -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1786/15, de 13/08, do DASDEDS/DDS/NAS, para aprovação da atribuição do subsídio, no valor de 1 250,00€, à Associação de Alunos da Universidade Sénior de Vila Franca de Xira, para edição de um livro em homenagem aos 10 anos de existência da Universidade Sénior.-----

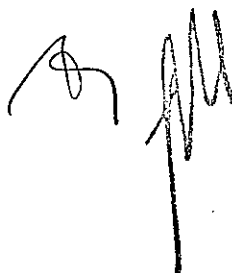
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1786/15, de 13/08, do DASDEDS/DDS/NAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: ATRIBUIÇÃO DO DIREITO AO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO MUNICIPAL DESTINADO A ESTABELECIMENTO DESIGNADO POR “CAFETARIA DO PARQUE LINEAR RIBEIRINHO ESTUÁRIO DO TEJO – PRAIA DOS PESCADORES, NA PÓVOA DE SANTA IRIA” – RELATÓRIO FINAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 143/15, de 09/07, do GMAE, para aprovação do relatório final relativo ao procedimento para atribuição do direito ao arrendamento do espaço municipal destinado a estabelecimento, designado por “Cafetaria do Parque Linear Ribeirinho Estuário do Tejo – Praia dos Pescadores, na Póvoa de Santa Iria”, bem como da adjudicação ao concorrente Nuno Tiago Carvalho Antunes, que pretende constituir uma firma com António José Oliveira Fernandes, José Carlos Adão Conde e Nuno Miguel Carvalho Lopes. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 143/15, de 09/07, do GMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto, à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

A

M

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **047**

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4359/15, de 24/08, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2015/07/20 e 2015/08/14. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 4359/15, de 24/08, do DGAFJ/DRH, mapa e respetivos documentos, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6. Propostas: Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que nos despachos do Sr. Presidente, quase 99,99% foram deferimentos, há um indeferimento na mobilidade intercarreiras, em que possivelmente a funcionária não reuniria as condições para lhe ser atribuída esta mobilidade, e questiona se será assim. -----
Interveio o Sr. Presidente, respondendo que sim, e é conforme já tem dito, de acordo com o relatório que é feito pela hierarquia, pois não é o próprio que determina ou analisa essas coisas. Quando tem algumas dúvidas pede explicações, agora, quem trabalha diretamente com as pessoas é que sabe, no dia a dia, o trabalho que desenvolvem. Está-se a falar em 99% dos casos, uma percentagem muita alargada, e neste caso a pessoa decidiu também fazer esse pedido, mas não cumpria as regras para o efeito. -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----

Assunto: LEGISLAÇÃO-SÍNTESE E EDITAIS -----

Foi dado conhecimento do que de seguida se indica: -----

1. Dos diplomas publicados em Diário da República com interesse para a administração local: -----

Resolução da Assembleia da República nº 102/2015, de 27 de julho, I série, que recomenda ao Governo que dinamize um Plano que promova a Coesão Territorial, considerando indicadores económicos e sociais na atribuição de apoios ao investimento, no âmbito do Portugal 2020; -----

Resolução da Assembleia da República nº 103/2015, de 27 de julho, I série, referente à defesa da sustentabilidade do rio Tejo; -----

Declaração de Retificação nº 34/2015, de 27 de julho, I série, que retifica o Decreto-Lei nº 94/2015, de 29 de maio, do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que cria o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, publicado no Diário da República nº 104, I série, de 29 de maio de 2015; -----

Lei nº 76/2015, de 28 de julho, I série, referente à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro e sexta alteração ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, por apreciação parlamentar; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 54/2015, de 28 de julho, I série, que aprova o Programa de Mobilidade Sustentável para a Administração Pública 2015-2020 - ECO.mob; -----

Decreto-Lei nº 135/2015, de 28 de julho, I série, que procede à definição das regras que estabelecem a livre circulação de artigos de pirotecnia, bem como os requisitos essenciais de segurança que os artigos de pirotecnia devem satisfazer tendo em vista a sua disponibilização no mercado, transpondo a Diretiva nº 2013/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de junho de 2013 e a Diretiva de Execução nº 2014/58/UE da Comissão, de 16 de abril de 2014; -----

Decreto-Lei nº 136/2015, de 28 de julho, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 101/2006, de 6 de junho, que cria a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e à segunda alteração ao Decreto-Lei nº 8/2010, de 28 de janeiro, que cria um conjunto de unidades e equipas de cuidados continuados integrados de saúde mental; -----

Lei Orgânica nº 9/2015, de 29 de julho, I série, referente à sétima alteração à Lei nº 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), estendendo a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro;-----

Lei nº 77/2015, de 29 de julho, I série, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das entidades intermunicipais e o estatuto do respetivo pessoal dirigente;-----

Lei nº 78/2015, de 29 de julho, I série, que regula a promoção da transparência da titularidade, da gestão e dos meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social e altera a Lei de Imprensa, a Lei da Televisão e a Lei da Rádio; -----

Lei nº 79/2015, de 29 de julho, I série, que estipula que nenhuma criança fica privada de médico de família; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 57/2015, de 30 de julho, I série, que cria o Instrumento Financeiro para a Energia no âmbito do Portugal 2020; -----

Decreto-Lei nº 139/2015, de 30 de julho, I série, que procede à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 38/2015, de 12 de março, que desenvolve a Lei nº 17/2014, de 10 de abril, que estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional, e transpõe a Diretiva nº 2014/89/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de julho de 2014, que estabelece um quadro para o ordenamento do espaço marítimo; -----

Lei nº 80/2015, de 3 de agosto, I série, que procede à segunda alteração à Lei nº 27/2006, de 3 de julho que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil; -----

Portaria nº 228/2015, de 3 de agosto, I série, que aprova os modelos de alvarás e de avisos de publicitação de operações urbanísticas, nos termos do regime jurídico da urbanização e da edificação (RJUE);-----

Portaria nº 229/2015, de 3 de agosto, I série, que cria a medida Cheque-Formação;-exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis; -----

Decreto-Lei nº 148/2015, de 3 de agosto, I série, que estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis;-----

Decreto-Lei nº 149/2015, de 4 de agosto, I série, que procede à primeira alteração

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 050

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

do Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de junho, e que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial;-----

Lei nº 84/2015, de 7 de agosto, I série, referente à primeira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, consagrando a meia jornada como nova modalidade de horário de trabalho;-

Decreto-Lei nº 152/2015, de 7 de agosto, I série, que transfere a dependência da Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) do Ministério das Finanças para o Ministério da Saúde;-----

Decreto-Lei nº 159/2015, de 10 de agosto, I série, que cria a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens; -----

Mapa Oficial nº 2-A/2015, de 10 de agosto, I série, Comissão Nacional de Eleições, referente ao Mapa com o número de deputados a eleger para a Assembleia da República e a sua distribuição pelos círculos eleitorais (nº 4 do artigo 13º da Lei nº 14/79, de 16 de maio, aditado pela Lei Orgânica nº 1/99, de 22 de junho);-----

Resolução da Assembleia da República nº 124/2015, 11 de agosto, I série, referente à Instituição do Dia Nacional do Folclore Português; -----

Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2015, de 11 de agosto, I série, que aprova a estratégia «Cidades Sustentáveis 2020»; -----

Lei nº 91/2015, de 12 de agosto, I série, referente à primeira alteração à Lei nº 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização; -----

Lei Orgânica nº 10/2015, de 14 de agosto, I série, referente à décima quinta alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, adaptando-a à nova organização do sistema judiciário, aprovada pela Lei nº 62/2013, de 26 de agosto;--

Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, I série, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública e transpõe o artigo 29º da Diretiva 2014/23/UE, o artigo 22º e o anexo IV da Diretiva 2014/24/UE e o artigo 40º e o anexo V da Diretiva 2014/25/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, revogando o Decreto-Lei nº 143-A/2008, de 25 de julho;---

Decreto Regulamentar nº 15/2015, de 19 de agosto, I série, que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso



Reunião de 2015/08/31

Deliberação nº _____

Tomado conhecimento.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 052

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente, pelo Sr. Vice-Presidente, pelo Sr. Vereador António Félix e pelo Sr. Vereador António Oliveira, no período compreendido entre 2015/07/23 e 2015/08/24, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

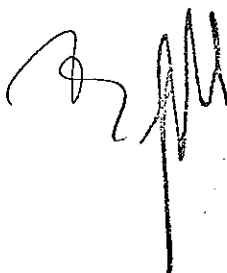
3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: Alínea g), do nº 1, do artigo 34º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento.-----



1. Assunto: BALANCETES -----

2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais -----25 716 260,58€
Dotações não Orçamentais ----- 1 685 609,95€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 5 217 174,38€
Dotações não Orçamentais ----- 655 021,41€

3. Informações/pareceres:-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: -----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 054

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº* 489

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MARIA HELENA DUARTE MONTEIRO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4328/15, de 19/08, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Maria Helena Duarte Monteiro, a exercer funções de apoio ao Notariado Privativo Municipal, nomeadamente ao serviço de solicitação, não se aplicando a redução remuneratória nos termos da lei.-----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 4328/15, de 19/08 e 3668/15, de 22/06, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ANTÓNIO JOSÉ JESUS CARVALHO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4078/15, de 21/08, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de António José Jesus Carvalho, a exercer funções de coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo sido aplicada a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexam-se informações nºs 4078/15, de 21/08, e 3808/15, de 01/07, do DGAFJ/DRH, e relatório de atividades 2014, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----



4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que já no ano anterior, quando este parecer prévio vinculativo veio, os membros da CDU referiram que aquilo a que têm acesso é a um relatório de atividades do Serviço Municipal de Proteção Civil, e gostariam de ter uma atividade, não do serviço municipal, mas do próprio comandante da proteção civil municipal, relatório esse que até hoje não lhes foi entregue. -----

Aproveitam também para propor que este cargo, que é um cargo obrigatório, decorre da lei, possa ser rotativo entre todos os comandantes das 6 corporações que existem no concelho de Vila Franca de Xira. Naturalmente seria até uma experiência muito salutar para todos os comandantes deste concelho, e estão certos que os 6 comandantes teriam as condições necessárias para também prestarem este serviço ao município. -----



Voltam a pedir novamente o relatório da atividade do próprio comandante, porque, não aparecendo, não conseguem perceber, quanto a este contrato de prestação de serviços que se faz mais uma vez à mesma pessoa, se a mesma tem ou não as condições necessárias, tem ou não prestado um bom serviço ao município, e se, de facto, reúne as condições para mais uma vez se vir prorrogar este contrato.-----

Interveio o Sr. Presidente, respondendo que se não tivesse consciência que o Sr. Comandante António Carvalho não reúne o consenso das corporações dos bombeiros de Vila Franca de Xira, naturalmente que aquilo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso colocou tinha sentido.-----

É sua convicção, que pensa estar certa, mas pode não estar, que o Sr. Comandante António Carvalho faz um trabalho de grande qualidade e tecnicamente adequado, daquilo que tem observado nas reuniões que tem tido, e ainda há pouco tempo teve uma reunião com comandantes e o novo secretariado dos bombeiros, constituído pelas corporações de Vila Franca de Xira e de Vialonga, numa boa tarde de trabalho, a discutir um caderno reivindicativo que foi apresentado, se é que assim se pode chamar. Por mais que se disponibilizem meios aos bombeiros, provavelmente serão sempre insuficientes para as necessidades, e o que é um facto é que a câmara municipal tem limites, de qualquer modo, nessa reunião foi possível encontrar alguns pontos de convergência, que se verá se se conseguem refletir no próximo orçamento.-----

Há muitas matérias que se discutiram com os bombeiros, numa reflexão em que se fala com o comandante da proteção civil, porque é também comandante de uma corporação de bombeiros, e conhece melhor do que ninguém o território e o município. Até se poderia chegar à conclusão que esta questão da rotatividade um dia pode calhar a alguém que não tenha mesmo preparação, que tem preparação para ser comandante da sua corporação, mas provavelmente não tem preparação, em termos de condições exigíveis para um cargo destes, para ser comandante da proteção civil do município, com esta extensão e complexidade.-----

Assim, pensa que valerá a pena manter esta avença com este comandante, porque, como já disse, das reuniões que tem tido não tem sentido da parte dos outros comandantes nada em desabono à sua continuidade. Se assim é, não vale a pena estar a mudar só por mudar.-----

Tomou a palavra de novo a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que então, e mais uma vez, os membros da CDU não têm tido acesso ao tal relatório que pediram. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, perguntando qual é o acesso a que a Srª Vereadora se refere, tendo esta respondido que é o relatório de atividades do próprio comandante. -----

O Sr. Presidente interrompeu de novo, dizendo que elas estão consagradas neste relatório que a Srª Vereadora tem. -----

Continuou a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que os membros da CDU, quando se aprovam contratos de prestação de serviços por avença, sejam quais forem, e o Sr. Presidente sabe disso, pedem sempre a informação que justifique a necessidade e o próprio trabalho que esse trabalhador tem desenvolvido. No caso do comandante da proteção civil vem um relatório do serviço, como é obrigatório, mas do próprio técnico, que é apresentado para prorrogação dos seus serviços, não têm qualquer tipo de informação, e não estão em condições de aprovar uma avença sem saber que tipo de trabalho essa pessoa desenvolve, para além do relatório, que é muito vago. Portanto, tal como o ano passado fizeram, e enquanto não tiverem um relatório que desenvolva aquela que é a atividade deste técnico, vão votar contra. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que sobre esta renovação dos serviços de avença ao Sr. Comandante António Carvalho os membros da Coligação Novo Rumo estão naturalmente de acordo, e aqui não resiste a que eventualmente a câmara municipal pudesse trazer o currículo de todas as pessoas que desde 1975/76 exerceram estas funções, para que se pudesse ver a coerência do Partido Comunista Português. Houve pessoas que exerceram cargos semelhantes, chame-se o nome que se quiser, até 1997, e mesmo depois de 1997 o Partido Socialista continuou a renovar confiança em pessoas que vinham do passado. -----

Chame-se o nome que se quiser, comandante da proteção civil municipal, responsável da proteção civil, o homem que comanda os bombeiros no concelho, ou o que se quiser, o Partido Comunista nomeou sempre, desde a sua gestão em 1976, até ter perdido a câmara municipal, homens de absoluta confiança do partido, e nunca quis saber do que queriam os bombeiros ou deixavam de querer.



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 058

Reunião de 2015/08/31

Proc.^o _____

Deliberação n.^o _____

Esta é uma verdade, e agora os Srs. Vereadores vêm dizer que era rotação, coisa que nunca fizeram. Mesmo essa questão que introduziram há pouco tempo, só estão a introduzir, preocupados em que as pessoas votem ou não, porque alguns dos Srs. Vereadores foram a votos no orçamento participativo e poucas das propostas que foram pelos mesmos patrocinadas ganharam. Aliás, perderam, porque muitos, e alguns até estão sentados hoje nesta reunião, patrocinaram outras propostas sobre o mesmo auspício, e hoje vêm dizer exatamente o contrário. -----


O que quer dizer é que se tem que ser coerente, os membros da Coligação Novo Rumo têm absoluta confiança na prestação do Sr. Comandante António Carvalho, pelos vistos os bombeiros do concelho de Vila Franca de Xira, e pelos vistos os bombeiros da Área Metropolitana de Lisboa, coisa que os Srs. Vereadores não estão de acordo, porque só gostam do voto popular ou do voto das associações quando vai de acordo com a opinião que têm. -----

O que os Srs. Vereadores estão aqui a fazer é de um sectarismo absoluto, que só deveria ser demonstrado ao trazerem todos os currículos das pessoas que exerceram funções durante estes anos, o que é que fizeram na proteção civil municipal durante os anos em que governaram, e os apoios que deram aos bombeiros durante todos os anos em que governaram, até 1997. Isso era absolutamente importante, para que todos pudessem avaliar verdadeiramente da opinião dos Srs. Vereadores face ao comandante municipal, que é simultaneamente o comandante dos bombeiros da Póvoa de Santa Iria. -----

Interveio a Sr.^a Vereadora Ana Lídia Cardoso, mencionando que vai intervir muito rapidamente, até porque há coisas a que não vale a pena dar muito palco. De qualquer forma, o que diz é que todas as decisões tomadas pela CDU aquando da gestão da câmara municipal, os seus membros assumem-nas, boas ou más, foram as que foram. Em 1997 a população do concelho decidiu mudar, a democracia é mesmo assim, e há que respeitá-la, ponto final parágrafo. -----

No que diz respeito a esta avença, o Sr. Presidente sabe que foi esta a posição que tiveram, vai continuar a ser, e não é por uma questão de sectarismo, é por uma questão de entenderem que pode e deve ser feito de outra forma. São livres de proporem aquilo que entenderem, e naturalmente arcam com as consequências,

A



sejam elas positivas ou negativas.-----

Portanto, com o respeito que lhes merece todos os eleitos municipais, não admitem que esse tipo de palavras seja usado, até porque, naturalmente, não é apanágio utilizarem as palavras do sectarismo, falta de transparência ou o que for.-- Em relação ao orçamento participativo, o que disseram voltam a dizer, como disse o Sr. Presidente, e concordam plenamente, as coisas têm mudanças, podem sofrer alterações, e assim o farão, quando em dezembro forem chamados a dar a opinião em relação ao regulamento para o orçamento participativo de 2016. Que saiba, enquanto munícipes tomaram até uma decisão, crê que por unanimidade, de nenhum participar em propostas do orçamento participativo, e nem sabe a que o Sr. Vereador Rui Rei se refere, mas lá o saberá, naquelas que são as suas dissertações, que já têm hábito de ouvir e ouvirão com todo o gosto, naturalmente. Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se vai passar à votação, sendo que, da parte dos membros do PS, trouxeram esta proposta, única e exclusivamente conscientes de que a pessoa em causa é a que tem o perfil e competências necessárias para exercer o cargo. Nada mais os moveu, e é assim que as coisas têm que ser.-----

Cada vez mais este país tem que apostar na competência, independentemente de outros fatores, e é o caso. Acreditam no trabalho do Sr. Comandante António Carvalho, acreditam na sua competência, apesar de às vezes haver algumas divergências, que são normais, porque liderar um processo destes nem sempre é simples. Tendo inclusivamente em vista outras competências e cargos que o Sr. Comandante António Carvalho tem, era difícil encontrar uma pessoa com este perfil. Por isso, da parte do PS, pensa que, mais uma vez, se esta proposta for aprovada, e já foi manifestado esse sentido, fica-se com a questão do comandante da proteção civil para o município bem assegurada. -----

Posto isto, e com os votos contra da CDU, este ponto é aprovado. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **060**

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ **491**

1. Assunto: PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO POR TEMPO INDETERMINADO PARA TÉCNICO SUPERIOR (ÁREA DE DIREITO) – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA LISTA UNITÁRIA DE ORDENAÇÃO FINAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 4199/15, de 05/08, do DGAFJ/DRH, para aprovação da remessa à assembleia municipal para aprovação da prorrogação do prazo para homologação da lista unitária de ordenação final, por mais seis meses, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para técnico superior (área de direito). -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 4199/15, de 05/08, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 061

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº 492

1. Assunto: 7ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E 6ª ALTERAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2015 -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 43/15, de 24/08, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da 7ª alteração ao orçamento e plano plurianual de investimentos e da 6ª alteração ao plano de atividades municipais da câmara municipal para 2015.-----

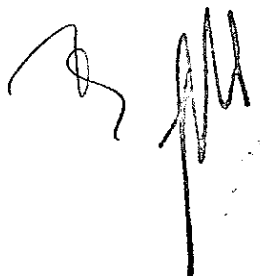
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 43/15, de 24/08, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: FUNDO DE MANEIO PARA 2015 – ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 6/15, de 07/07, do GAVFA, para aprovação da alteração da titularidade do fundo de maneo atribuído ao médico veterinário, Dr. João Alvarez, passando a estar atribuído à assistente técnica, Gabriela Loureiro Bastos Fortunato. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 6/15, de 07/07, do GAVFA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

A M

1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO – CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO E REVOGAÇÃO DA DECISÃO DE CONTRATAR -----



2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 324/15, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da caducidade da adjudicação e revogação da decisão de contratar, nos termos dos artigos 79º e 80º do CCP – Código dos Contratos Públicos, referente à contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do concelho, durante 3 épocas letivas. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 324/15, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, para dizer que a sua intervenção se vai referir aos pontos 13, 14 e 15, ao que o Sr. Presidente respondeu que era exatamente isso que gostaria de pedir.-----
Continuou o Sr. Vereador, começando pelo ponto 13, que é uma vicissitude do concurso em si. O concurso foi feito, foi adjudicado, a empresa a quem foi adjudicado não apresentou a respetiva caução, e o concurso acabou agora por ver caducada a adjudicação que foi feita nesta câmara municipal. Depois, logo no ponto 14 há um ajuste direto até ao final do ano para poder garantir aquilo que são as atividades físicas nas piscinas municipais do concelho. No ponto 15 há um novo concurso público para 9 meses, do ano de 2016, também para a contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais.-----
Há duas notas que o assaltam logo, e neste sentido gostava também de pedir



ajuda para responder às seguintes questões:-----



Em primeiro lugar, se se forem analisar os valores, há uma redução substancial daquilo que foi o primeiro concurso público, que teve 598 000,00€ de preço-base, e que foi adjudicado entretanto, mas devido a este problema da caução por parte da empresa Hobbyvida, não foi levado avante. Há agora uma adjudicação direta por 3 meses, outubro a dezembro deste ano, no valor de 68 000,00€, e, indo só restringir-se aos números grandes, tem-se ainda um concurso público para 9 meses do ano de 2016, no valor de 136 000,00€.-----

Isto significa que há uma redução de 394 000,00€ entre uma coisa e outra. A adjudicação, somada com o novo concurso público, é de 204 000,00€. O primeiro concurso público era de 598 000,00€, pelo que, entre a fase de abertura do concurso público, a fase de adjudicação, a fase de pronúncia dos interessados, a fase agora da caducidade, a câmara municipal, possivelmente, teria gasto um valor de 394 000,00€, que é substancialmente superior a 9 meses de adjudicação em 2016.-----

Não conseguem perceber, não conseguem perceber por que razão é que então, com valores destes que estão apontados agora para o novo concurso público, é que o primeiro teve valores tão grandes e diferentes dos atuais. Não conseguem chegar lá, e gostavam de ser informados relativamente a isso.-----

Por outro lado, tem-se uma empresa, a Hobbyvida, independentemente de todas as dificuldades que o mercado hoje em dia traz, que concorreu, sofreu uma adjudicação, e ainda bem, só que entretanto não apresentou a caução bancária, pois com toda a certeza as entidades bancárias a quem se dirigiu não lhe deram crédito para poder apresentar essa caução. Significa que será uma empresa que eventualmente, e os bancos é que podem responder a isso, não estará bem credenciada junto do sistema bancário para poder receber essa caução. Se estivesse, os bancos não teriam qualquer problema em ter-lha dado.-----

Neste caso tem-se um processo, e daí a sua pergunta, em que a câmara municipal está bastante lesada, porque tem despesas com a abertura dos concursos, despesas administrativas, custos inerentes a todas estas questões derivadas do Código dos Contratos Públicos, e agora, de um momento para o outro, porque há uma empresa que não consegue apresentar uma caução, vai ter que repetir tudo e



repetir, outra vez, esses custos todos. Assim, questiona se a câmara municipal irá ou não instruir algum processo indemnizatório, no sentido de ser ressarcida dos custos que teve com a primeira fase do concurso público, sendo então, no fundo, duas perguntas. -----

O Sr. Presidente interveio, para dizer que vai passar a palavra ao Sr. Vereador António Félix, mas todos estes concursos têm em vista aquilo que se tem vindo a fazer, encontrar situações de economia de escala, mas nem sempre se tem tido sucesso, infelizmente. -----

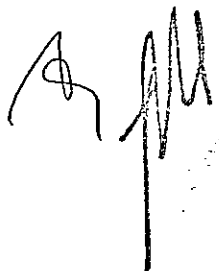
Interveio o Sr. Vereador António Felix, começando por cumprimentar todos os presentes, e dizendo, relativamente a esta questão, como aliás o Sr. Presidente referiu, que se tem vindo a fazer internamente um esforço, no sentido de agrupar o maior número possível de situações, de forma a ganhar escala e aí, obviamente, conseguir um preço que seja mais vantajoso, no sentido de reduzir os custos correntes da câmara municipal. -----

Neste caso específico o que aconteceu foi que o concurso anterior estava preparado para 36 meses, e neste caso concreto são mais 3 meses até ao final do ano, e depois os outros 9 no ano que vem. Foi a única solução possível encontrada, até porque em setembro têm que iniciar as aulas, e ter-se-ia que garantir que os munícipes tivessem as suas aulas e não iam ficar parados. -----

Já tem algumas vezes referido, quando se defendem muito os concursos públicos, que também é um defensor do concurso público, mas por vezes não é a melhor solução e este foi um caso em que não foi a melhor solução, mas paciência. -----

Quanto à questão de pedir ou não indemnização, não se pode, é a lei que define assim. Nestes casos, no concurso público, se a empresa que ficou em primeiro lugar não conseguir entregar os documentos a que é obrigada, passa para a empresa que ficou em segundo lugar. Infelizmente, como só houve uma empresa, a passagem para o segundo lugar significa que fica deserto, e não se pode fazer outra coisa, mas não há condições para pedir nenhuma indemnização. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, mencionando que os membros da Coligação Novo Rumo nada têm contra o ponto 13, até porque a empresa não tem condições e, se não tem condições, não se pode adjudicar. Podem discutir se neste tipo de concursos se pode ou não ter a caução, e eventualmente pode-se ter outra forma



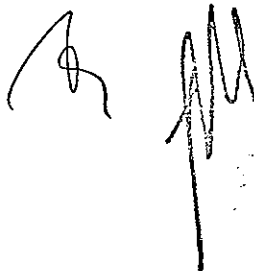
que não seja a caução, de forma a defender o interesse público, que é reduzir no pagamento, e em cada pagamento reduz-se a percentagem, de acordo com a caução. Se se prestar o contrato até ao fim, chega-se ao fim e entrega-se o dinheiro que a câmara municipal reteve, o que é feito pela mesma variadíssimas vezes. Essa não é a opção, e para a Coligação Novo Rumo está perfeito.-----

Quanto aos pontos 14 e 15, nomeadamente o 15, não têm condições de votar este ponto 15 sem a câmara municipal alterar o caderno de encargos. A câmara municipal, ao contrário do que diz o Sr. Vereador António Félix por variadíssimas vezes, em sequência das intervenções que o próprio faz, reduziu de 11,00€ à hora, para 8,00€ à hora, o valor pago pela empresa aos respetivos colaboradores que lá estavam. Assim, só estão disponíveis para votar se, no mínimo, a câmara municipal alterar esse ponto do caderno de encargos que diz "mínimo a pagar são 8,00€", e voltar a colocar lá "mínimo a pagar são 11,00€ à hora", aos colaboradores do município.-----

Dessa forma têm condições de votar, de outra não têm condições de votar este ponto, porque mais uma vez aqui tem que se aplicar o que se vem a dizer nesta reunião e se anda a propalar aos 7 ventos, que é ser defensor dos trabalhadores. Assim, ou se é, ou não se é, e neste caso, pelos vistos, não se é. Criticam-se os outros que sistematicamente cortam nos trabalhadores, castigam os trabalhadores e são malandros, mas aqui, quando se têm que tomar decisões, vai-se, em teoria, pelo mesmo caminho.-----

Pede que o desculpem, mas gosta muito de falar, só que não é como os papagaios, que é falar, falar, e não ser consequente. Está de acordo em votar se o executivo alterar o ponto do caderno de encargos para "mínimo 11,00€". O que estão a fazer as empresas que ganham isto é pagar o mínimo aos trabalhadores, e não quer acreditar que o Partido Socialista defenda isso para os trabalhadores do município, muito menos o Partido Comunista. Também não quer acreditar que defendem redução das remunerações aos colaboradores e colegas que prestam estes serviços.-----

Portanto, só estão de acordo se, no mínimo, se voltar a colocar o que estava antes da crise, que são os 11,00€ à hora, mínimo, que é para ver se existem de facto aquelas grandes empresas, muito bem geridas, que depois procuram o grande



valor acrescentado e não pagam 11, pagam 14 ou 15, porque as pessoas são muito empenhadas. É aqui que se tem que ver a diferença da gestão, que é fazer como os outros que se criticam, ou efetivamente implementar modelos diferentes, que beneficiem os colegas e trabalhadores.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que crê, apesar daquilo que o Sr. Vereador Rui Rei falou, que no momento não há condições de ir ao encontro do que disse, mas há um fator que considera fundamental, e se o Sr. Vereador António Félix entender por bem, gostava que o Dr. António Domingos pudesse dizer se agora se pode alterar o caderno de encargos.-----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, reportando-se a duas questões. A primeira, relativamente à caução, é que não é possível, é a lei que determina que todos os contratos que sejam acima de 200 000,00€ têm que ter caução, não pode ser retenção. Relativamente ao segundo caso, é exatamente a mesma coisa, é a lei que obriga. Está a contratar um serviço, é uma prestação de serviços, e pelo Orçamento do Estado é-se obrigado a fazer redução remuneratória, mas se o Sr. Vereador tiver uma solução para que não se faça redução remuneratória, volta a colocar lá os 11,00€ -----

Isso é ilegal, pelo Orçamento do Estado, pela Lei nº 82-B/2014, não se pode fazer, já discutiu isso “n” vezes com o Sr. Vereador, e continua à espera que o mesmo lhe diga qual é a solução para ultrapassar, pois ainda não conseguiu encontrar internamente.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando quantas reduções remuneratórias o Sr. Vereador António Félix já tinha feito.-----



Respondeu o Sr. Vereador que só faz duas, aquelas a que a lei obriga. Fez-se a segunda, e por isso o preço é exatamente igual ao do ano anterior.-----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que não tem que se colocar em caderno de encargos que o mínimo é de 8, nesse caso, coloca-se lá que o mínimo é 11.-----

Questionou o Sr. Vereador António Félix se se faz a redução posteriormente.-----

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não, não se faz redução nenhuma, a empresa pode fazer a redução noutros custos que tem. Porque é que vai fazer a redução no trabalhador a quem está a pagar? -----

Não é o próprio que aplica sistematicamente este discurso, os Srs. Vereadores é





que perguntam porque é que se vai reduzir sempre nos mesmos. Não é a lei, o Sr. Vereador é que a está a aplicar, e pode dizer à empresa que no custo global dos seus custos, que refletem na câmara municipal, em vez de reduzir onde é fácil, que é no trabalhador, reduza nos seus custos e encargos, na margem que apresenta, e por aí fora. Agora, não se tem é que abrir as portas e dizer, “reduzam-me na prestação do trabalhador”. Isso é que não faz sentido, e não estão de acordo. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, para dizer que diria que está de acordo, isso não faz sentido, e por isso é que esta lei da redução remuneratória, feita, aprovada e inventada pelo PSD, não faz nenhum sentido, porque o objetivo único e exclusivo do Governo foi reduzir os custos para a administração pública, no caso das câmaras municipais, ingerindo diretamente no que é uma liberdade total de quem tem, de acordo com a lei, uma autonomia financeira e administrativa. -----

O Governo fez tábua rasa disso, todos sabem isso e a consequência é só essa, que as pessoas ficam a receber menos e ficam a viver pior. Mas isso foi o que o PSD quis desde a primeira hora, e aliás os resultados da política do PSD são esses. Toda a gente sabe isso, as famílias estão hoje mais empobrecidas, porque foi o que o Governo quis fazer estes 4 anos. -----

Agora, o Sr. Vereador Rui Rei pode vir com esse discurso, mas não consegue enganar o que é a verdade, que essa lei realmente é injusta, mas tem que ser aplicada, e foi inventada pelo PSD, com um objetivo único e exclusivo, o de empobrecer a classe média, e aliás conseguiu. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que o Sr. Vereador, que veio com esse discurso tão fluente, esqueceu-se foi de dizer aos funcionários da câmara municipal o que fez ao dinheiro da chamada redução que lhes fez nos salários, obrigado por lei. O que é que o executivo fez ao dinheiro? Primeiro veio com o argumento, ainda no tempo da anterior presidente, que “o malandro do Estado obrigava a que as câmaras municipais devolvessem o dinheiro ao Estado”. Isso é mentira, ficou com o dinheiro todo nos cofres do município. O que é que fez com esse dinheiro? De alguma forma devolveu aos trabalhadores, como fizeram outros municípios? Nunca, em tempo algum, neste município que se diz de esquerda. “Agarrou” nesse dinheiro, e a única coisa que fez foi gastar na estrutura, normalmente, “meteu” em algum sítio, gastou em algumas obras, ou fez outra coisa qualquer. O executivo

municipal não “agarrou” nesse dinheiro da redução que fez ao salário dos trabalhadores municipais, como fizeram outros municípios, e devolveu-o de novo às pessoas. Andou a dizer que os outros eram maus, mas quando chegou à altura, viu-se com o dinheiro, não devolveu às pessoas e o mesmo se aplica aqui.-----

O que diz ainda ao Sr. Vereador é que não foi o PSD que empobreceu, foi o “44” que está em Évora, que deixou o país na bancarrota, com o Dr. António Costa, que era vice-presidente do PS. Foi essa gente, essa gente absolutamente criminosa, que deixou o país à beira da bancarrota, sem dinheiro para pagar coisa nenhuma. Foram esses senhores, e mais, foram esses senhores que negociaram com a Troika, de que os Srs. Vereadores dizem mal, que apoiaram o Syriza, que os Srs. Vereadores apoiavam, e conseguiram dizer bem e mal do mesmo momento.-----

Interrompeu o Sr. Presidente, pedindo ao Sr. Vereador para se enquadrar no ponto.

Respondeu o Sr. Vereador Rui Rei que não viu o Sr. Presidente interromper o Sr. Vice-Presidente, e sabe que os Srs. Vereadores da bancada do PS têm que prestar e demonstrar ao Dr. António Costa que são “Costistas” da primeira fase. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que se o Sr. Vereador quer falar do “44”, do “45” ou do “50”, depende do número do sapato. -----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que só está a dizer ao Sr. Presidente o que é. O Sr. Presidente sabe que o próprio é aficionado, mas a si não o “encostam às tábuas”, a não ser que queira. Não vai lá assim, nem às cordas, e também tem um saco de boxe em casa, onde gosta de dar de vez em quando. Agora, não é assim, porque não quer, e tem tempo. -----

Interveio novamente o Sr. Presidente, dizendo que gostaria que se falasse do ponto 15. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador, referindo que no ponto 15 é muito simples, ou o Partido Socialista não penaliza os trabalhadores, ou os membros da Coligação Novo Rumo têm, efetivamente, que votar contra esta situação. Não estão de acordo que se penalizem os trabalhadores, e neste caso nem são do município, a maior parte é subcontratada para prestar um serviço à câmara municipal. Não estão de acordo que se reduza de 11,00€, para 8,00€, a sua prestação. -----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que não se quer penalizar ninguém, quer-se é beneficiar a população. -----

A M

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo então ao Sr. Presidente que reduza o custo à população, que isso também não fez. Tal como reduziu os custos ao município, que reduza o valor que o próprio paga para ir às piscinas municipais, por exemplo.-----

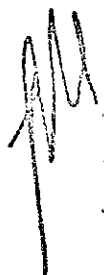

Respondeu o Sr. Presidente, em conclusão, que não se pode é deixar de cumprir a lei. Pode não se estar de acordo com ela, mas tem que se cumprir. -----

Interveio o Sr. Vereador António Félix, lembrando que não se estão a contratar trabalhadores, está-se a contratar um serviço a uma empresa. Quer se goste ou não, e o próprio, particularmente, não gosta da lei, tem que se aplicar, e por isso tem que se fazer redução remuneratória, deem-se as voltas que se derem. Legalmente tem que se fazer.-----

O Sr. Vereador também falou numa outra situação que gostaria de esclarecer, que tem a ver com as taxas que o município pratica em termos de utilização dos espaços, nomeadamente das piscinas. O município de Vila Franca de Xira tem das mais baixas taxas da Área Metropolitana de Lisboa, nalguns casos até a mais baixa, e deve recordar ao Sr. Vereador, que tem uma “memória de elefante”, como se costuma dizer, que o diferencial entre aquilo que o município recebe, aquilo que cobra nas piscinas e o que paga é negativo em cerca de 200 000,00€.-----

Portanto, o executivo PS não está a beneficiar em nada, está apenas a fazer o que o PSD fez, só que o PSD fez 90% do lado da receita, aumentando impostos. O executivo não aumentou impostos, reduziu só a despesa, na medida em que lhe foi possibilitado. O PSD dizia que reduzia 60% do lado da despesa e 40% do lado da receita, fez o contrário, fez 90% do lado da receita, aumentando impostos, e reduziu 10% do lado da receita. No município de Vila Franca de Xira há 3 anos que não se aumentam as taxas, e só se tem reduzido, através do esforço de todos, a despesa. Mesmo assim continua a ter um saldo negativo entre aquilo que recebe e o que paga.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que gostaria de intervir para, tal como o Sr. Vereador António Félix fez, também ajudar a memória do Sr. Vereador Rui Rei, que é uma memória poderosíssima, que vai até ao tempo em que ainda andava de calções, referindo que neste campo das piscinas o Sr. Vereador está com uma memória muito curta, pois no mandato anterior, quando a

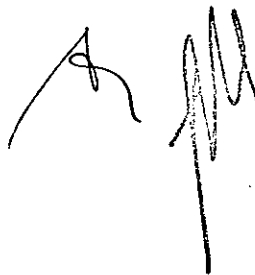


câmara municipal decidiu, não sabe se no anterior ou ainda no outro, que as piscinas iriam ser geridas desta forma, concessionou-se o serviço que até então eram feito pela câmara municipal, não foi a CDU que votou a favor, foi o Sr. Vereador e o seu partido que votaram a favor da concessão das piscinas. -----

Interrompeu o Sr. Vereador Rui Rei, referindo não ser nenhuma concessão, ao que a Srª Vereadora prosseguiu, respondendo que é o serviço feito desta maneira, e o Sr. Vereador arranjará a melhor forma, porque a própria não tem o seu dom de oratória, tem o seu, “desenrasca-se” com o que tem, e até agora não se tem saído muito mal. Na altura poder-se-ia ter feito doutra forma, poder-se-ia ter colocado os trabalhadores, que até então estavam a recibos verdes por conta da câmara municipal, no quadro de pessoal, e os Srs. Vereadores não quiseram. Portanto, na altura os trabalhadores não eram assim tão importantes, porque o recibo verde faz tanto jeito a toda a gente, e agora o Sr. Vereador vem acusar a CDU de não defender os direitos dos trabalhadores, e não consegue perceber onde houve a memória de RAM que falhou ao Sr. Vereador, que deve deixar dizer-lhe que a CDU está sempre disponível para o ajudar nessa matéria. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, recordando dois ou três aspetos que parecem particularmente relevantes. Quando o Governo decidiu reduzir os salários ao conjunto da função pública, obrigou a que as câmaras municipais também tivessem que reduzir os salários dos seus trabalhadores. É verdade também que a preocupação das câmaras municipais, nomeadamente as que têm estabilidade financeira e uma boa gestão, como é a de Vila Franca de Xira, e o executivo PS não recebe lições de nenhuma espécie sob esse ponto de vista, foi garantir que a utilização dessa verba ficava dentro da esfera do próprio município, pois a vontade era “pegar” nesse dinheiro e levá-lo para a administração central, do que o Sr. Vereador não deve ter a mínima dúvida. -----

Contudo, o Governo não conseguiu fazer isso, e aliás recorda que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi a primeira, pelo menos das primeiras, mas até pensa que foi a primeira, logo que foi possível, a voltar a pagar os subsídios de férias, num curtíssimo espaço de tempo, até o Governo voltar a fechar a porta que se tinha esquecido de fechar na legislação anterior. Recorda, por exemplo, que a autarquia assinou, com os sindicatos, um acordo coletivo, nomeadamente para as



horas de trabalho, e o Governo, porque quis, criou uma diferenciação, no seu entendimento e no do Partido Socialista, inaceitável, entre as pessoas que são funcionárias públicas da administração central e as que são da administração pública local, neste aspeto e noutros, porque não quer sequer aprovar e pôr esses acordos coletivos em vigor. O Sr. Vereador sabe isso também muito bem.-----



Depois, como não estava contente com as soluções que as câmaras tinham encontrado, nomeadamente das câmaras que têm condições de gestão, inventou o FAM, que é para vir buscar o dinheiro que entretanto resolve vir buscar às câmaras municipais. O Governo é assim que funciona, porque para o Governo não há autonomia municipal, não há liberdade de gestão, das pessoas que são eleitas diretamente para gerir as câmaras municipais, coisa que, como se sabe, o Sr. Primeiro-Ministro não é, pois resulta da nomeação do Presidente da República e das conjunturas do Parlamento. Esta é a atitude que o PSD tem tido desde o início, e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira tem defendido sistematicamente, não só a sua população, mas a estabilidade financeira do município, e claro, os seus trabalhadores. -----

Interveio o Sr. Presidente, para dizer que se vai passar à votação, dando ainda a palavra ao Sr. Vereador Rui Rei. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que no caso da Junta de Freguesia de Alhandra ou da Póvoa de Santa Iria, como não tinham dinheiro, iam pedir aos munícipes deles, não era à câmara municipal, para que lhes adiantasse o dinheiro para pagar o que não tinham, e seria assim, de acordo com a opinião do executivo. Quanto ao FAM, está muito bem que sejam os municípios solidários com os outros municípios que não geriram bem. Então, defende-se a solidariedade, andam-se a criticar os alemães e os outros, que não querem dar o dinheiro, e depois não se é solidário com o vizinho do lado? Como é que o Sr. Presidente quer fazer? É à conta de quem? Então o país foi para a bancarrota, foi à conta dos cidadãos, e agora os municípios andavam a “estroinar” o dinheiro, aqueles que andaram, e era à conta de quem? -----

Respondeu o Sr. Presidente que era à conta do Orçamento do Estado. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo que se é à conta do Orçamento do Estado, é mais uma vez à conta dos mesmos, que é à conta de quem trabalha, que vai lá

“meter” o dinheiro, porque 2 ou 3 presidentes de câmara resolveram gastar o que não tinham. Está à vontade, porque alguns até são do PSD, mas não é possível. Pode-se vir dizer aquilo que se quiser, a verdade é que o Partido Socialista, em Vila Franca de Xira, não devolveu aos seus trabalhadores o “dinheirinho” que foi, como diz, obrigado a tirar-lhes. Guardou-o nos cofres, e ficou com uma base maior para fazer o que lhe apeteceu. Não o devolveu aos trabalhadores, e houve municípios que devolveram o dinheiro aos trabalhadores. -----

Quando o Sr. Vice-Presidente vem dizer que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi a primeira, o mundo não se reduz na estrada, na EN1, que vai da Castanheira do Ribatejo a Vila Franca de Xira. O mundo está para lá da EN1, e em Portugal houve muitas câmaras municipais, da esquerda à direita, que fizeram isso. São muitas, e muitas na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Quanto às 35 horas, há muitas que as aplicaram, que as continuam a aplicar, mesmo contra um conjunto de decisões de que pessoalmente discorda, embora também existam entidades ligadas ao Partido Comunista que não aplicaram as 35 horas. Aplicaram os expedientes que dão as 35 horas, mas não aplicaram as 35 horas. -----

Portanto, devem deixar-se destas falácias, porque efetivamente as pessoas só são confrontadas com aquilo que dizem quando são obrigadas a aplicar na prática, e os Srs. Vereadores são obrigados a aplicar na prática, mas quando são obrigados fazem ao contrário. -----


Os membros da Coligação Novo Rumo não têm nenhum problema em admitir as pessoas no quadro, andaram com isso a discutir durante anos, e o Partido Socialista promete, sendo que ainda agora, nas eleições, prometeu acabar com os recibos verdes e criar só empregos estáveis, o que não tem problema nenhum. -----

Esta câmara municipal, do Partido Socialista, é grande apoiante do Dr. António Costa, e por isso questionam o Partido Socialista. -----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, dizendo-lhe que se quiser falar o próprio cala-se, para este desabafar, sabendo contudo que o Sr. Vereador tem um misto de defesa do Partido Socialista com o Partido Comunista. -----

Disse o Sr. Vereador Aurélio Marques não perceber porque é que o Sr. Vereador Rui

A



Rei tem esses problemas, pois andou na Juventude Comunista.-----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Rui Rei tem o dom, fantástico, de conseguir animar isto.-----
Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, pedindo ao Sr. Presidente que o deixe terminar a animação, fazendo só um parêntese. Por acaso não andou na Juventude Comunista, mas quer dizer publicamente que se tivesse andado não era cadastro, era currículo. Não está a atacar o Sr. Vereador Aurélio Marques, ao contrário do mesmo não tem vergonha de coisa nenhuma, e se andasse no Partido Comunista, era currículo, não era cadastro.-----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, mencionando que o Sr. Vereador inscreveu-se na JCP, o que já sabe.-----
Continuou o Sr. Vereador Rui Rei, perguntando ao Sr. Vereador Aurélio Marques se sabe porque é que está a dizer isso, e respondendo que foi porque o próprio o disse, e além do mais o Sr. Vereador está a fazer papel de papagaio, que é repetir o que os outros lhe dizem. Ouve e repete. Contudo, desafia-o publicamente a trazer o “papelinho” onde tem a sua assinatura. Se trazer o “papelinho”, é o próprio que lhe diz, e se não trazer, só passa pelo papel de estar a repetir o que outro camarada seu, que não está presente, diz, e esse, sim, trabalhou para o Partido Socialista e para vereadores do Partido Socialista.-----
No entanto, deve-se ir com calma, porque a si “não lhe tocam na montada”, pois tem alguma dificuldade e reage.-----
Tendo ouvido a expressão “Olé”, disse “Olé, claro”, pois é um aficionado, e pensa que duas touradas não acabam no próximo ano, essas vão-se manter eternamente, mais não seja na reunião de câmara.-----
Portanto, o que quer dizer é que os membros da Coligação Novo Rumo mantêm a posição que têm, e mais, desafiam o Partido Socialista a dar o exemplo, e a criar só trabalhos e postos de trabalho permanentes e duradouros, que não seja só pagar os recibos verdes e contratos a prazo, bem como crie então os tais empregos permanentes. Amanhã, ou na próxima reunião de câmara, se o PS trazer isso, votará a favor da criação desses postos de trabalho em Vila Franca de Xira, para serem coerentes com o que andam a anunciar. Não é a promessa dos 207 000, é o compromisso de criar condições para que apareçam os 207 000, e que

eventualmente, com 200, em Vila Franca de Xira, já ajudaria a mudar alguma coisa.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que se passará à votação, falando antes de uma questão, que é para si absolutamente decisiva e importante. Pode-se dizer o que se quiser, que para esse peditório não dá. Tem as suas convicções, todos têm as suas, lutam por elas, uns de uma maneira, outros de outra, e não vale a pena. As eleições estão à porta e nota-se isso mesmo. Já sabe, já decidiu há muito tempo em quem vai votar, não vale a pena estar com muitas coisas à volta disso. É tudo "fruto da época", não vale a pena também perder-se muito tempo com isso.-----


A única coisa que quer dizer, e essa sim, com toda a convicção, é a questão da autonomia do poder local. Para si é que é uma questão fundamental, e fará tudo o que estiver ao seu alcance para combater seja quem for que se queira ingerir na autonomia do poder local.-----

Não é só este Governo, foram governos anteriores. Sobre isto há sempre uma grande apetência dos diversos governos, desde o 25 de Abril até aos dias de hoje, de quererem "meter o bedelho onde não são chamados", ou seja, o poder local tem capacidade, competência, e já se mostrou a toda a gente, a todo o país, que é melhor, porque se o país se desenvolveu ao longo destes 41 anos, foi muito graças ao poder local.-----

As populações muito devem ao poder local, a milhares de homens e mulheres que têm sido eleitos para estes cargos, e por isso não é aceitável, é absolutamente inaceitável, que se queira, de uma forma tão grosseira, "beliscar" a autonomia do poder local. Sobre isso, seja quem for, o "Costa", o "Passos", o "Zé" ou o "António", consigo terá sempre uma oposição cerrada, e a questão das 40 horas é um processo que para si é absolutamente líquido. Pode pagar por isso, pessoalmente, mas fica bem com a sua consciência.-----

Continuou, perguntando quem vota contra o ponto 15, pois pensa que sobre os demais não havia dificuldade, apesar de que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues pediu alguns esclarecimentos sobre os pontos 13 e 14, e naturalmente também sobre o ponto 15. Assim, pergunta se está esclarecido.-----

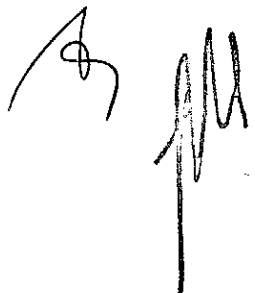
Respondeu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues que sim, e que a CDU vota a favor dos 3 pontos.-----




Concluiu o Sr. Presidente que então o ponto 13 é aprovado por unanimidade, e os pontos 14 e 15 por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, estando tudo claro.-----

Disse ainda que na próxima reunião e na próxima assembleia municipal ver-se-á quem é coerente com aquilo que diz.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DURANTE O ANO DE 2015 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 348/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do concelho, nos primeiros meses da próxima época letiva - 2015/2016, nomeadamente de outubro a dezembro de 2015, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

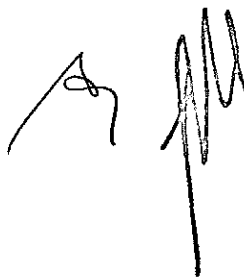
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 348/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 13 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES FÍSICAS PARA AS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO PARA O ANO DE 2016 – PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 349/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável à contratação de serviços de atividades físicas para as piscinas municipais do concelho para o ano de 2016, bem como da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, aplicando-se a redução remuneratória nos termos da lei. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 349/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 13 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da Coligação Novo Rumo, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **079**

Reunião de 2015/08/31

Procº 101/15 APRV.AD.RG

Deliberação nº _____ **496**

1. Assunto: FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA O TRATAMENTO DA ÁGUA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DO CONCELHO DURANTE O ANO DE 2016 – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 343/15, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento de produtos químicos para o tratamento da água das piscinas municipais do concelho, durante o ano de 2016. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 343/15, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 080

Reunião de 2015/08/31

Procº 2/15 APRV.AD.RS

Deliberação nº _____ 497

1. Assunto: SUBSCRIÇÃO DE ACESSO A UMA BASE DE DADOS JURÍDICA, PARA CINCO UTILIZADORES DO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 325/15, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente à subscrição de acesso a uma base de dados jurídica, para 5 utilizadores do município.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 325/15, de 11/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE MATERIAL DE REGA PARA AS ZONAS VERDES AFETAS AO MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 333/15, de 17/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento em contínuo de material de rega para as zonas verdes afetadas ao município.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 333/15, de 17/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 082

Reunião de 2015/08/31

Procº 4/15 APRV.CP.CJ

Deliberação nº _____ 499

1. Assunto: AQUISIÇÃO E MONTAGEM DE CONTENTORES SUBTERRÂNEOS PARA DEPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – ADJUDICAÇÃO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 344/15, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação do relatório final elaborado pelo júri do procedimento, bem como da adjudicação ao operador Sotkon Portugal – Sistemas de Resíduos, SA, pelo valor 509 684,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal aplicável, referentes à aquisição e montagem de contentores subterrâneos de resíduos sólidos urbanos. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 344/15, de 20/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata 083

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº 500

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "D", SITA NA URBANIZAÇÃO DA CHASA, LOTE 4.5A/RUA JOSÉ LOPES, Nº 2, EM ALVERCA DO RIBATEJO – PREDIVERCA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDª-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 210/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "D", sita na Urbanização da Chasa, lote 4.5A/rua José Lopes, nº 2, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 10 500,00€, requerido pela Prediverca – Sociedade de Mediação Imobiliária, Ldª.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 210/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 084

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ 501

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A GARAGEM Nº 2, SITA NA RUA DAS LINHAS DE TORRES, Nº 6B, EM SÃO JOÃO DOS MONTES – JOÃO JOAQUIM DE JESUS DE SOUSA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 209/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a garagem nº 2, sita na rua das Linhas de Torres, nº 6B, em São João dos Montes, pelo valor de 17 000,00€, requerido por João Joaquim de Jesus de Sousa.-----

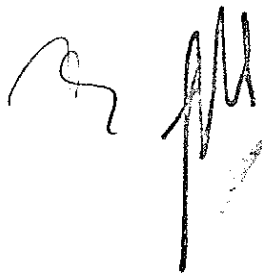
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 209/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA JOSÉ MAIA TAVARES, Nº 12, 3º ESQº, (BAIRRO DA CHABITAL, QUINTA DA CRUZ DE PAU, LOTE 21), EM ALHANDRA – SÍLVIA CRISTINA GORGITA MENESES-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 208/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua José Maia Tavares, nº 12, 3º esqº, em Alhandra (Bairro da Chabital, Quinta da Cruz de Pau, lote 21), pelo valor de 56 000,00€, requerido por Sílvia Cristina Gorgita Meneses. ---

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 208/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 086

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ 503

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO SITA NA RUA JOSÉ PAZ BRANCO, Nº 4, EM ALVERCA DO RIBATEJO – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVERCA CHASA, CRL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 211/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração sita na rua José Paz Branco, nº 4, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 145 000,00€, requerido pela Cooperativa de Habitação Económica de Alverca Chasa, CRL. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 211/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE AS FRAÇÕES "AM", CORRESPONDENTE À GARAGEM Nº 4, E "AF", CORRESPONDENTE AO 1º ANDAR ESQº, SITAS NA RUA ANTÓNIO SÉRGIO, NºS 125, 127, 129 E 131, BAIRRO DA CHASA, LOTE "A", EM ALVERCA DO RIBATEJO – COOPERATIVA DE HABITAÇÃO ECONÓMICA DE ALVERCA CHASA, CRL -----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 212/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, para ratificação do despacho que autorizou o não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre as frações "AM", correspondente à garagem nº 4, e "AF", correspondente ao 1º andar esqº, sitas na rua António Sérgio, nºs 125, 127, 129 e 131, bairro da Chasa, lote A, em Alverca do Ribatejo, pelo valor de 80 000,00€, requerido pela Cooperativa de Habitação Económica de Alverca Chasa, CRL. -----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 212/15, de 17/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação, dizendo que tem que dar uma explicação. -----
Tomou a liberdade de trazer este ponto a ratificação, na medida em que era uma situação dramática, ou se resolvia naquele momento, ou então a pessoa perdia o crédito bancário. Sabendo de antemão que podia contar com a compreensão dos Srs. Vereadores, tomou a liberdade de o trazer para ratificação.-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE A FRAÇÃO "K", SITA NA RUA DAS LINHAS DE TORRES, Nº 4, 3º DTº, EM ALHANDRA – ALFREDO ALBUQUERQUE FERREIRA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 214/15, de 25/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação do não exercício do direito de preferência e autorização de transmissão sobre a fração "K", sita na rua das Linhas de Torres, nº 4, 3º dtº, em Alhandra, pelo valor de 47 500,00€, requerido por Alfredo Albuquerque Ferreira.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 214/15, de 25/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 089

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ 506

1. Assunto: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM NÍVEL DE BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN), EM REGIME DE MERCADO LIVRE, AO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO – ANO 2016 – MINUTA DO CONTRATO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 213/15, de 18/08, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da minuta do contrato de fornecimento de energia elétrica, em nível de baixa tensão normal (BTN), em regime de mercado livre, ao sistema de iluminação pública do município – Ano 2016, adjudicado à EDP Comercial – Comercialização de Energia, SA, pelo valor de 1 763 692,12€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 213/15, de 18/08, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata * 090

Reunião de 2015/08/31

Procº 7/15 APRV.CP.SJ

Deliberação nº * 507

1. Assunto: FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, EM BAIXA TENSÃO NORMAL (BTN) PARA O MUNICÍPIO – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 347/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente ao fornecimento de energia elétrica, em baixa tensão normal (BTN) para o município, durante 13 meses.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 347/15, de 24/08, do DGAFJ/DFPCO/SCCP, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata - 091

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 318/15, de 21/08, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2015/07/21 e 2015/08/20, no âmbito do licenciamento de obras particulares previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.-----

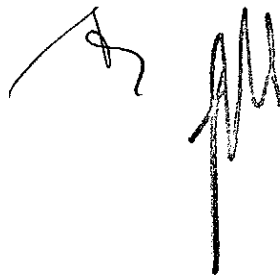
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 318/15, de 21/08, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas:-----

7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO TERRA DA PASTORIA, LOTE 131 – FORTE DA CASA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 187/15, de 31/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor
do município, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira, aquando do registo da certidão de loteamento nº 3/2003, de 25/03, em nome
de Maria Rodrigues, sobre o lote 131, do loteamento Terra da Pastoria, no Forte da
Casa, requerido por Raul Leonel da Costa Correia.-----

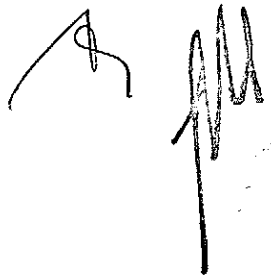
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 187/15, de 31/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO PINHAL DAS AREIAS, LOTE 63 – ALVERCA DO RIBATEJO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 186/15, de 31/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor
do município, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira, aquando do registo do alvará de loteamento nº 3/2011-AUGI, de 24/08, sobre
o lote 63, do loteamento Pinhal das Areias, em Alverca do Ribatejo, requerido por
José Manuel Antunes Malcata. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 186/15, de 31/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

[Handwritten signature]

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **094**

Reunião de 2015/08/31

Procº 17/15 CERTAUGI

Deliberação nº _____ **510**

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA COUTADA, LOTE 92 – VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 185/15, de 05/08, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor
do município, registada na 1ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira, aquando do registo do alvará de loteamento nº 2/2011-AUGI, de 04/05, sobre
o lote 92, do loteamento Quinta da Coutada, em Vila Franca de Xira, requerido por
Ana Maria Marques dos Santos Villas-Boas.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 185/15, de 05/08, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO QUINTA DA BELA VISTA, LOTE 384 – SÃO JOÃO DOS MONTES -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 177/15, de 27/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor
do município, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de
Xira, aquando do registo do alvará de loteamento nº 1/2015-AUGI, de 12/03, sobre
o lote 384, do loteamento Quinta da Bela vista, em São João Montes, requerido por
Albino Rito Caixinha.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 177/15, de 27/07, do
DGUPRU/DPRU/SRRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta
parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/15, de 04/06, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Norasil – Sociedade de Construção Civil, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada da construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/15, de 04/06, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 183/15, de 13/07, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Tecnopaços – Construção e Obras Públicas, Lda, pelas peças do procedimento para a empreitada da construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----

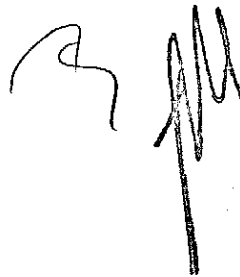
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 183/15, de 13/07, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DA EB1 Nº 2 DE VIALONGA – DEVOLUÇÃO DO VALOR PAGO PELAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 230/15, de 14/08, do DOVI/SA, para aprovação da devolução do valor de 1 938,31€, com IVA incluído, pago pela Costa & Carvalho, SA, pelas peças do procedimento para a empreitada de construção da EB1 nº 2 de Vialonga. -----

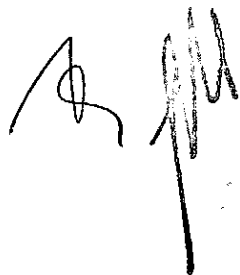
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 230/15, de 14/08, do DOVI/SA, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: EXECUÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAMENTO JUNTO AO CENTRO COMERCIAL SERRA NOVA E NA RUA DO ALVIELA – PÓVOA DE SANTA IRIA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL-----

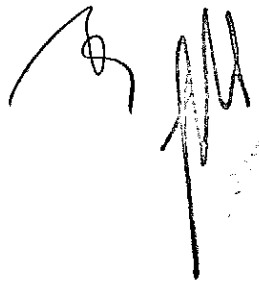
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1041/15, de 03/08, do DOVI/DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente à despesa do contrato relativo à empreitada de execução de parques de estacionamento junto ao Centro Comercial Serra Nova e na rua do Alviela, na Póvoa de Santa Iria.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1041/15, de 03/08, do DOVI/DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que em relação às duas obras em si, os membros da CDU gostavam de saber por que razão o mapa de quantidade de trabalhos, mais conhecido por MQT, e a estimativa orçamental, não acompanharam os documentos que lhes foram entregues. Têm as peças escritas, uma memória descrita e justificativa, têm algumas condições técnicas e parte do modo de execução dos trabalhos, mas o MQT e a estimativa orçamental não vieram, e gostavam de saber porquê. -----
Quanto à obra prevista para construção de estacionamento na rua do Alviela, gostavam unicamente de saber, e nada têm contra esta obra, antes pelo contrário, pois vem retirar uma série de viaturas que se encontram atualmente na via pública, sobre a recuperação paisagística que está prevista. Na memória descritiva





consta que, “tendo em conta o estado de degradação em que se encontra atualmente o espaço verde a tardo da nova bolsa de estacionamento, provavelmente devido à utilização do mesmo como zona de estacionamento, propõe-se a sua recuperação, através de uma ressementeira com prado de sequeiro, assim como a desmatção e limpeza da restante área de talude”, e gostavam de saber se a intervenção no talude vai até à zona que foi recentemente intervencionada, fruto da obra do ALDI. Essa é uma das perguntas que gostavam de fazer. -----

Depois, quanto a esta ressementeira com prado de sequeiro, que sabem que está muito na moda, por questões económicas, é de baixa manutenção e fácil manutenção, a verdade é que está a descaracterizar um pouco, se não muito, aquilo que é reconhecido pela população como espaços verdes. As populações, e todos, quando desejam ir a um espaço verde, usufruírem de um espaço verde, a última coisa que querem é ir para uma sementeira de prado de sequeiro, porque isso não é espaço verde. Aquilo que será característica dos espaços verdes, fruto possivelmente das questões económicas de baixo custo destas sementeiras, está a ser descaracterizado dentro das cidades. -----

Gostavam também de saber sobre aquela questão se vai acompanhar o talude que foi intervencionado na parte de cima, onde é o estacionamento que agora foi arranjado por baixo do ALDI. Por baixo do ALDI foi feito um estacionamento, há um talude que dá para este estacionamento, que agora vai ser feito, e querem saber se o arranjo que a câmara municipal vai fazer vai chegar ao outro, para ficar aquela área toda completa. -----

No outro estacionamento, junto ao Casal da Serra, as coisas já funcionam de outra maneira. Em primeiro, todos sabem que se trata de um terreno, e está previsto em PDM e na Carta Educativa do concelho de Vila Franca de Xira, destinado a um equipamento educativo, mais propriamente a construção da tal escola secundária de raiz na Póvoa de Santa Iria, que nunca viu a luz do dia, e que foi colocada em segundo plano face à adaptação do agrupamento de escolas feito recentemente, nomeadamente Dom Martinho Vaz de Castelo Branco. -----

Poderiam ter algumas dúvidas agora, e analisando futuramente também desejavam muito que a Carta Educativa fosse revista, o que já disseram várias



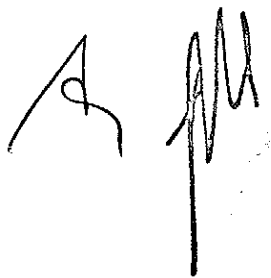
vezes, e sabem que irá ser brevemente, mas seria até um ponto-chave para esta situação saber qual vai ser o futuro deste terreno, que em tempos foi “entregue” à DRELVT - Direção-Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, que não sabem se detém ou não alguma preferência sobre o terreno.-----

Gostavam de saber se a DRELVT foi consultada quanto à possibilidade de se construir este parque de estacionamento, mesmo chamando-lhe provisório, neste local. Por outro lado, gostavam de saber, mesmo dentro deste fator provisório, com o qual concordam, porque efetivamente as questões de estacionamento ou as dificuldades de estacionamento na zona são mais que muitas, o que a câmara municipal está a pensar fazer ao restante terreno, que continua ao abandono, e vai continuar, sendo que com a construção não sabem até que ponto este parque de estacionamento vai começar a ser utilizado, e não vai fazer com que, depois de estar a ser utilizado e cheio, não se comece a utilizar o terreno que agora vai ficando vago, e aos poucos e poucos as coisas vão somando por aí a fora, e vão uns atrás dos outros. -----

Portanto, o terreno estava previsto para um equipamento educativo, continua previsto para um equipamento educativo, gostavam de saber se é intenção do Partido Socialista proceder à alteração do PDM nesse sentido, e gostavam de saber se a DRELVT foi consultada para a utilização deste parque para uma função diferente daquela que está destinada, tendo em conta que foi um terreno “entregue” à DRELVT para este efeito, antes de se pronunciarem sobre esta questão do estacionamento junto ao Serra Nova. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que os membros da Coligação Novo Rumo estão genericamente de acordo, e em relação à questão da rua do Alviela, nada têm contra, muito pelo contrário, que se deem condições a alguns daqueles estacionamentos que já se fazem naquela zona de forma informal, portanto, completando de alguma forma aquele arranjo de estacionamento. -----

Em relação ao Casal da Serra, pensam que a intervenção deveria ter um caráter mais estrutural, porque é uma zona com uma dimensão relativamente grande, quer para o lado do Casal da Serra, quer para o lado da igreja e dum café que ali existe, que é o Pinheirinho, portanto, para o outro lado, e tem muito essa intenção. Não lhe parecem bem algumas das soluções que estão a ser implementadas, ou





pelo menos propostas, de resíduos de fresagem, e por aí fora, no centro da Póvoa de Santa Iria, nomeadamente naquela zona, que todos sabem que tem algum vento, e por aí fora, sendo que, a exemplo do que lá está hoje, pensa que a intervenção deveria ter outro carácter para terminar com outro objetivo, além de que deveria ter mais espécies arbóreas e árvores implementadas em todo o espaço. No verão o sol bate ali de uma forma direta, é muito complicado estar naquele local, pelo que poderia cumprir uma determinada missão.-----

Contudo, pensa que o promotor do centro comercial deveria dar alguma comparticipação, porque este espaço vai ter 80% da sua utilização, e bem, de apoio ao centro comercial. Portanto, o promotor deveria, por um lado, ver se abre o estacionamento que lá está em altura de licenciamento, e se eventualmente faz alguma comparticipação neste espaço, que vai, objetivamente, criar ainda melhores condições, e bem, a quem frequenta aquele espaço comercial durante o dia. Assim, a câmara municipal deveria também falar com o promotor, para que se pudesse avaliar esta intervenção, que tem um objetivo importante, mas devia ter uma comparticipação. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que sobre as duas questões do Alviela, o Sr. Vereador António Oliveira falará. -----

Sobre as questões de manutenção de zonas verdes, o que diz ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues é que se pode querer tudo, e também gostava de ter muita coisa, mas quer dizer que se caminhou noutro sentido, num determinado momento, pois era a política e estratégia de então, que não questiona, nem faz qualquer reparo, porque era o que era. Têm que se compreender, também, historicamente, as questões, não vale a pena começar a lançar farpas sobre determinado tipo de coisas, sem perceber os contextos de cada uma, o que pensa ser mais prudente, porque após 1974 as questões urbanísticas eram as que eram, a legislação era insuficiente, fazia-se aquilo que parecia que era o mais adequado, e fizeram-se algumas coisas que não foram certas.-----

É verdade também que a coberto disso fizeram-se coisas absolutamente assombrosas, que hoje já não há grandes condições de corrigir, porque há sempre uma coisa que deve guiar, que é o bom senso, e quando não se tem certamente estão-se a cometer erros. Nos projetos urbanísticos de então falava-se, em sentido



lato, de zona verde, quando se tem um país mediterrânico, cada vez mais quente, bastando ver o que está a acontecer este ano, em que a dificuldade de rega e manutenção é enorme, pelo que hoje julga que é prudente e têm que se encontrar outras soluções.-----

Nem as juntas têm condições para fazer a manutenção, nem a câmara municipal. Não há dinheiro que chegue, a não ser que se gaste o dinheiro só nestas áreas, e não pode ser. Assim, hoje tem que se ter um outro olhar sobre aquilo que é a chamada zona verde, o arranjo paisagístico. Só há 10 anos a esta parte ou coisa que o valha, 15 anos no máximo, se calhar nem tanto, é que as questões de carácter paisagístico têm uma certa acuidade, e com estas dificuldades, por um lado, financeiras, de manutenção dos espaços verdes, é que se encontraram outras soluções, justamente o prado de sequeiro.-----

O prado de sequeiro de inverno é magnífico, está verdinho, apanha com água, no verão está seco, e imagina que, eventualmente, o Sr. Vereador poderá dizer que não devia ser assim, porque foi uma questão que levantou, que não deveria ser prado de sequeiro, devia ser outro tipo de plantação. O Sr. Vereador falou em abuso, mas esse abuso tem em linha de conta justamente aquilo que o próprio acabou de dizer, sendo que, por outro lado, cada vez mais se tem que avançar com outras possibilidades, mais plantação de árvores, como aliás há pouco o Sr. Vereador Rui Rei referiu, e pensa que tem razão.-----

Também não simpatiza com esta questão do prado de sequeiro, mas é a solução que se tem vindo a seguir, que nesta altura do verão é pouco simpática, tendo que se ter algum cuidado, em termos da preservação de um bem tão precioso que é a água, e sobretudo a questão financeira da manutenção, e por isso é que é esta questão do prado de sequeiro.-----

Por outro lado, naquele tempo, com boa intenção, é certo, colocou-se em todos os espaços de cedência a identificação daquilo que se queria fazer, e colocou-se, naqueles 20000m² que iria ser uma escola secundária, mas tem dúvidas, com a evolução que as coisas tiveram.-----

De qualquer modo, o espaço está disponível para esse efeito, está referenciado na antiga DRELVT, hoje DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para este efeito, e foi solicitada apreciação à DGEstE, que deu como informação que não

via nenhum inconveniente, tanto mais que se está a falar de uma situação provisória.-----

Esta questão de se identificarem os locais de uma forma muito precisa tem trazido algumas dificuldades, porque se podia avançar para outra. O Sr. Vereador pergunta, quanto ao resto do espaço, o que se vai fazer, e não consegue responder neste momento, a não ser que se encontrem soluções provisórias, que não causem problemas de reversões ou coisa que o valha.-----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, dizendo que pensa que o Sr. Presidente já disse o mais importante, e finalizou dizendo que a situação no Casal da Serra é provisória, mas não a da rua da Alviela, porque aí é diferente. -----



Na zona da curva, junto aos reservatórios do SMAS, passar-se-á de 11 para 20 lugares, num parque de estacionamento com outras condições, tentando-se disciplinar uma anarquia que se verifica na zona, que quem passa ali facilmente constata.-----

Em relação ao Casal da Serra, o parque tem cariz provisório, e ir-se-ão disciplinar 75 lugares, com 3 para deficientes, criando também um reforço de iluminação pública, em princípio, com mais 3 pontos de iluminação. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, mencionando, quanto à questão que o Sr. Vereador Rui Rei colocou, que se pode falar com o proprietário do Serra Nova, mas tem dúvidas que as pessoas que estacionam lá sejam só exclusivamente clientes do Serra Nova, podem ser também, e se calhar muitas, principalmente à noite, residentes. -----

Quanto às questões das árvores, solicita que a Arqtª Catarina Conde e o Sr. Vice-Presidente vejam, pois crê que ainda se poderá, no âmbito dos viveiros, no quadro do trabalho feito pelo DOVI – Departamento de Obras, Viaturas e Infraestruturas, encontrar uma solução de colocação de mais algumas árvores, de preferência do viveiro do município. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que nestas questões do provisório, de que muitas vezes se fala, todos sabem o que o provisório é muitas vezes, são os tais conceitos históricos de que o Sr. Presidente falou, e muito bem, de se saber colocar no tempo e no espaço algumas discussões que se têm nestas reuniões de câmara, para perceber, historicamente, como é que as coisas foram

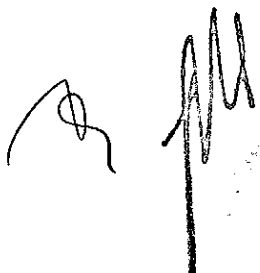


feitas, em que condições foram feitas, e às vezes por que motivo foram feitas, porque há muita coisa que também foi muito bem-feita, e sem existir legislação, sem existir regulamentação, sem existirem orientações, sem existirem casos práticos de estudo, porque a informação tinha dificuldades em chegar ao país. Assim, a boa verdade é que houve coisas que foram muito bem-feitas também, e o Sr. Presidente não falou nessa parte, falou só na parte depreciativa, não falou da parte positiva. -----

No que diz respeito à questão do provisório, do parque de estacionamento do Casal da Serra, diz só uma coisa: todos sabem que quando o espaço público é apropriado pelas pessoas, quando há uma apropriação do espaço público, as câmaras municipais, juntas de freguesias, seja quem for, veem-se com muitas dificuldades em fazer a reversão da apropriação, pelas pessoas, desse mesmo espaço público.-- Há aqui um caso que vai ser desses, e não gosta de fazer futurologia, nem é futurologista tão pouco, pois há um estacionamento que faz muita falta àquela zona, que vai ser provisório, as pessoas vão-se apropriar dele, e muito dificilmente, no futuro, deixará de ser parque de estacionamento. A partir do momento em que a população se aproprie do espaço, muito dificilmente deixará de ser espaço público, ou pelo menos poderá vir a deixar de ser, mas não vai ser fácil explicar à população por que razão perde uma funcionalidade daquelas, com tantos lugares de estacionamento como vai ser feito. -----

Daí também se pode questionar até que ponto não devia a câmara municipal, todos em conjunto, discutir este assunto da escola secundária, e do destino do terreno em termos do PDM, falar em conjunto sobre estas questões e, possivelmente, porque não, assumir o cariz definitivo de um parque de estacionamento ou outra funcionalidade que se venha a pensar ou repensar para este terreno. Se assim não for vai um pouco na linha do próprio arranjo e parque de estacionamento que já está a ser agora construído, junto à estação de caminhos de ferro da Póvoa. -----

Vai exatamente no mesmo sentido, está-se a chamar provisório, mas no dia em que deixar de ser há outra questão. Deixa de ser provisório por dois motivos, em primeiro, porque se vai ter o parque de estacionamento fruto da tal urbanização por trás do Bairro dos Pescadores, que é uma alternativa, ou o próprio promotor



imobiliário construirá no local algo semelhante, tal e qual como se propôs fazer desde o início. Portanto, haverá sempre uma alternativa às pessoas, deixará de haver o estacionamento provisório, deixará de haver essa apropriação, mas a população tem a alternativa criada.-----

No Casal da Serra não, dificilmente as coisas se passarão assim, e fica a reflexão, sendo que gostava também de saber, e o Sr. Presidente não respondeu, por que razão o MQT e a estimativa orçamental não fez acompanhar os documentos que os membros da CDU receberam. Há documentos em falta, nomeadamente o MQT, o mapa de quantidade trabalhos, e a estimativa orçamental, que vêm referenciados nos textos, mas não foram entregues, não fazem parte dos documentos que foram entregues.-----

Por outro lado, o Sr. Presidente falou na apreciação à DGEstE, a antiga DREL, e muito bem, mas também não vem anexa, e deveria vir, para poderem saber tudo aquilo que se vai passando, e a pergunta que fez, se a DGEstE foi consultada, seria escusado ter sido feita, como é lógico.-----

O Engº José Fernandes interveio, respondendo que o assunto em questão era a plurianualidade, não era a apresentação do projeto, mas não vê problemas nenhuns em fornecer os elementos. O que está é única e exclusivamente uma memória descritiva, que foi anexa a este processo que veio a reunião de câmara, bem como uma peça desenhada. O projeto para ser patenteado a concurso, isto é, o convite, o caderno de encargos, as condições técnicas, as memórias descritivas, os planos de segurança, os planos de resíduos, os mapas de quantidades de trabalhos, não se submeteram, porque o objetivo não era aprovar um procedimento, era submeter à assembleia municipal a plurianualidade. Contudo, pode efetivamente fornecer esses elementos.-----



Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, pedindo ao Sr. Presidente para o deixar terminar com uma questão, que foi uma falha terrível da sua parte, que escreveu e não a disse, que é dar os parabéns por este estudo e projeto terem sido feitos com meios internos da câmara municipal. Gostaria de dar os parabéns aos técnicos, valorizar o trabalho que tiveram, porque não foi preciso contratar fora para poder fazer este tipo de projetos. Tinha-o escrito, e pede desculpa aos técnicos envolvidos, por ter tido uma falha, e não o ter feito. -----



envolvidos, por ter tido uma falha, e não o ter feito. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que está muito bem, fica o registo, e o Engº José Fernandes ou Sr. Vereador transmitirão esse registo, que é justo, do seu ponto de vista também. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

1. Assunto: PROTEÇÃO ANTICORROSIVA DO TABULEIRO DA PASSAGEM SUPERIOR DE PEÕES SOBRE A EN 10 E VIA DO NORTE – ALHANDRA – REMESSA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO COMPROMISSO PLURIANUAL -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1119/15, de 21/08, do DOVI/DOVI/SOE, para aprovação da remessa à assembleia municipal para autorização prévia do compromisso plurianual, referente à despesa do contrato relativo à empreitada de proteção anticorrosiva do tabuleiro da passagem superior de peões sobre a EN 10 e via do norte, em Alhandra. -----

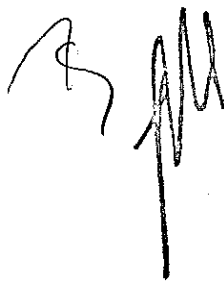
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1119/15, de 21/08, do DOVI/DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE VILA FRANCA DE XIRA – DISCUSSÃO PÚBLICA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1090/15, de 13/08, do DOVI/DOVI/SOE, para aprovação da submissão a discussão pública, pelo período de 30 dias, do projeto de alteração ao Regulamento de Trânsito da Freguesia de Vila Franca de Xira.-----

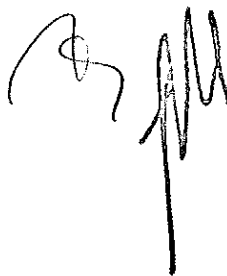
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1090/15, de 13/08, do DOVI/DOVI/SOE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: 35º SALÃO DE ARTESANATO – ALTERAÇÃO À REDAÇÃO DO EDITAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 240/15, de 21/08, do DEC/DCTPM/Turismo, para aprovação da alteração à redação do edital nº 201/2015, relativo ao 35º Salão de Artesanato, no que diz respeito ao ponto 3, do artigo 4º, da parte 3. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 240/15, de 21/08, do DEC/DCTPM/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DE LEQUES NO POSTO DE TURISMO -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 232/15, de 18/08, do DEC/DCTPM/Turismo, para aprovação do preço de venda ao público de leques no Posto de Turismo, pelo valor unitário de 5,00€. -----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 232/15, de 18/08, do DEC/DCTPM/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ 112

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ 520

1. Assunto: PROTOCOLO PARA USO E GESTÃO DA GALERIA DE EXPOSIÇÕES AUGUSTO BÉRTHOLO – ASSOCIAÇÃO DOS ARTISTAS PLÁSTICOS DO CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 29/15, de 17/08, do DEC/DCTPM, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a União das Freguesias de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz, e a AAPCVFX – Associação dos Artistas Plásticos do Concelho de Vila Franca de Xira, para uso e gestão da galeria de exposições Augusto Bértholo.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 29/15, de 17/08, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **113**

Reunião de 2015/08/31

Procº DCTAE.00.DM

Deliberação nº _____ **521**

1. Assunto: DOAÇÃO DE UM PASSAPORTE DO PADRE DR. VASCO MONIZ, POR JOSÉ DOS SANTOS CORREIA-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 299/15, de 19/08, do DEC/DCTPM, para aceitação da doação de um passaporte do Padre Dr. Vasco Moniz, pertença de José dos Santos Correia, para incorporação na coleção do Espólio Vasco Moniz, do Museu Municipal, cujo valor patrimonial é de 3 000,00€. ----



3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 299/15, de 19/08, do DEC/DCTPM, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aceitação. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "E", SITA NA RUA ANTÓNIO SÉRGIO, Nº 11, 1º DTº – ALVERCA DO RIBATEJO-----

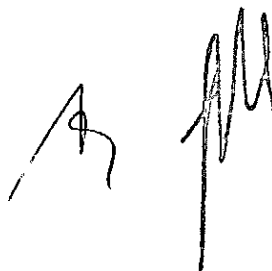
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 30/15, de 27/07, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra "E", sita na rua António Sérgio, nº 11, 1º dtº, em Alverca do Ribatejo, inscrita na matriz predial da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho sob o artigo 1676, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 2361 da freguesia de Alverca do Ribatejo, a Maria Lima da Costa, pelo valor de 25 140,42€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final da venda de 20 112,34€.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 30/15, de 27/07, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que falará dos pontos 43 a 47, sendo que o ponto 47 não é a mesma coisa, porque é apenas a alteração a uma deliberação tomada numa reunião de fevereiro.-----
Sobre os pontos, que são alienações de habitações municipais, está a tornar-se recorrente virem estas questões de alienação a reunião de câmara. Pelas decisões anteriores, a CDU não está de acordo com esta alienação do património municipal de habitação social, e por este andar, mas não é assim tão rápido, um dia destes não haverá casas municipais para quem precisa. -----
Os membros da CDU entendem que o que deveria ser feito era o contrário, em vez



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **115**

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

de alienar, devia ser dinamizada a sua construção, porque leva o seu tempo. Como o Sr. Presidente e todos os presentes devem estar lembrados, há já um terreno na Quinta da Coutada, que é aquele terreno que foi a permuta quando foi da construção do hospital, que depois se teve de adquirir ao Sr. Borba, e por proposta da CDU, que foi aprovada, nessa permuta ficou escrito que o terreno seria para habitação social. -----

Interrompeu o Sr. Presidente, mencionando que a proposta foi no sentido de construção a custos controlados, essencialmente para jovens. -----

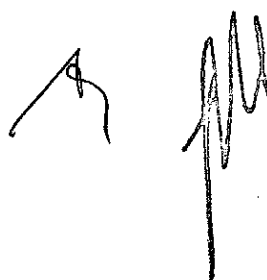
Prosseguiu o Sr. Vereador, dizendo que os jovens também precisam de casa, mas era só nessa situação, sendo que entendem que a câmara municipal devia tomar em consideração, não alienar, mas sim proporcionar novas habitações. -----

Não quer entrar numa situação que é delicada, e não é que tenha algum problema publicamente, ou particularmente, em entrar em problemas delicados, não tem qualquer receio da polémica, mas é cuidadoso nalgumas questões, e estas situações de alienação do património até se podem prestar a outro tipo de negócios. Não vai avançar sobre essa situação, mas deixa no ar a questão, a venda pode depois proporcionar outro tipo de negócios. -----

Portanto, resumindo e simplificando, que é aquilo que costuma fazer nas suas intervenções, embora, passe a imodéstia, também saiba fazer grandes discursos, para aparecerem nalgumas parangonas, como é normal acaba por aqui, a CDU vota contra, como é habitual nestas questões, e deixa ao Sr. Presidente esta sensibilização para o que acabou, em nome da sua bancada, de dizer. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo ao Sr. Vereador que quando se têm suspeições, de negociatas, devem-se concretizar. -----

Cumpriu-se o que a lei determina sobre estas matérias, as pessoas não podem, durante 5 anos, transacionar a casa. Esta é uma matéria de que se tinha falado, depois foi aprofundá-la, falou com a Srª Vereadora, e concluiu que está na lei. Quanto ao alugar, de que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso pergunta agora, a Srª Vereadora é muito precisa, é bom que seja, não se deu por vencida, e agora traz outro argumento ao qual não consegue responder, pelo que vai novamente avaliar. A Srª Vereadora tem essa exigência, que o obriga a aprofundar as coisas, e vai fazê-lo. Quando colocou a situação, disse-lhe que tinha razão, no entanto a lei é



clara quanto ao aspeto de transacionar a casa. Relativamente ao arrendamento, não sabe dizer, a única coisa que quer dizer é que quando alguém vai para uma casa de habitação social é porque não tem outra alternativa. Normalmente são pessoas que vivem em condições muito precárias e, em tempos sociais, a câmara municipal faz aquilo que pode, disponibilizando casas através de concursos, como aliás vai acontecer mais uma vez. -----

Agora, o facto de estarem numa casa com outras condições daquelas que tinham, ou inclusivamente algumas nem sequer tinham casas, permite que as pessoas evoluam, e aquelas casas foram um passo importante nas suas vidas, que lhes permitiu de facto evoluir, tendo chegado o momento em que querem ir mais longe nessa evolução, que é a aquisição da casa, onde foram investindo ao longo do tempo em melhorias. -----

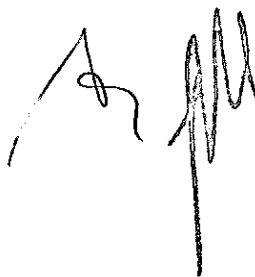
A situação pode e deve também ser vista neste ponto de vista, que é o ponto de vista que sempre coloca nestas circunstâncias. Nem lhe passa pela cabeça que alguém que vai comprar esta casa a custos tão baixos o vá fazer para negócio, e pode acontecer, numa situação ou outra, mas na generalidade não é. Por isso, pensa que tem todo o sentido este facto, da autoestima que as pessoas adquirem com a aquisição da própria fração. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques tomou de novo a palavra, reportando-se a duas questões. Quanto à primeira, quer fazer uma correção para ficar em ata, não falou em “negociata”, falou em “negócio”. Negociata, pelo menos para o próprio, e o português é uma língua difícil, tem um sentido grave e pejorativo, e não foi isso que quis dizer. Não está a corrigir o Sr. Presidente, só está a salvaguardar. -----

Quanto a tudo o que o Sr. Presidente disse, até pode aceitar, mas então lança um repto. É mais fácil e rápido vender as casas, é mais difícil construí-las, e então coloca uma questão: “por cada casa vendida, uma nova casa construída”. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador é um publicitário nato sem o saber, e está inspirado. Contudo, está tudo bem, fica com as opiniões dos membros da CDU, que são sempre importantes para a reflexão, mesmo quando discordam, e neste caso não discordam, concordam. -----

Interrompeu a Srª Vereadora Fátima Antunes, mencionando ter uma informação a acrescentar relativamente ao aluguer. Se as pessoas quiserem alugar, têm que



alugar sujeitas ao regime de renda condicionada, o que levaria a que não tivessem lucros com esse arrendamento.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que lhe parece que o que a Srª Vereadora disse é outra coisa, ou seja, a pessoa compra a casa, sai da casa e arrenda-a. -----

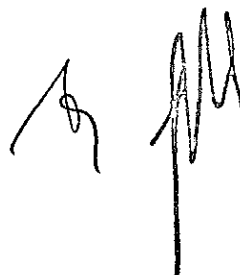
Esclareceu a Srª Vereadora Fátima Antunes que se as pessoas comprarem a casa, e se a alugarem, esse aluguer tem que ser sujeito ao aspeto da renda condicionada, previsto no Decreto-Lei nº 141/88. -----

Retomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que, seja como for, é sempre um arrendamento mais baixo do que o mercado.-----

Respondeu a Srª Vereadora Fátima Antunes que sim, a renda condicionada é de facto isso, não podem alugar ao preço que querem, e isso vem previsto na legislação.-----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, dizendo que quando os membros da CDU colocaram esta questão em reunião anterior não foi por estarem contra o facto de as pessoas quererem adquirir uma casa a custos controlados. Aliás, recorda que nos anos 70 e 80, e vai dar o exemplo do Parque Residencial de Vialonga, muitas das pessoas que vivem neste bairro adquiriram a sua casa, à exceção da parte dos fogos que ficaram na posse da câmara municipal, e portanto foi dada oportunidade a todas as pessoas com algumas dificuldades económicas. Recorda que para se ter direito a casa neste bairro era necessário a pessoa sujeitar-se a entrevistas e visitas até ao próprio domicílio, para depois se detetar se havia ou não necessidade, e se havia ou não a possibilidade da pessoa adquirir a casa, as pessoas compraram a sua casa, e hoje em dia, naturalmente, muitas já não vivem neste lugar e venderam a sua habitação a outro. -----

Está-se a falar de fogos municipais, que são reduzidos para aquelas que são as necessidades do concelho, e não é por acaso que todas as vezes que se abre um concurso há pessoas em lista de espera. Nunca houve, que saiba, um concurso da câmara municipal onde o número de fogos fosse excessivo em relação à procura, é sempre ao contrário. Vai-se continuar nesta política de vender, e não são bairros sociais, não são frações construídas de raiz a custos controlados, como disse o Sr. Presidente, e bem, e o seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, como é objetivo da Quinta da Coutada, em que as pessoas adquirem os seus fogos a



preços mais reduzidos do que aqueles que estão no mercado. Não é nada disso, são casas municipais que deveriam ser utilizadas de forma temporária, por pessoas que necessitam, por alguma razão ocasional, mas está-se a alienar.-----

Não se exerce o direito de preferência nas casas das cooperativas de habitação, porque se entende que, se as pessoas puderem vender a terceiros, é melhor para elas, pois normalmente conseguem um preço superior, o que é verdade, e a câmara municipal até agora não tem tido necessidade de exercer o direito de preferência sobre estas casas, mas, se se continuarem a vender habitações municipais como se tem feito nas últimas reuniões, qualquer dia a CDU vai ter que alterar o seu sentido de voto no exercício do direito de preferência, porque não se vão ter casas para depois se ter a possibilidade de acudir a quem mais precisa.-----

Voltam a dizer que as pessoas não fazem por mal, ninguém diz que as pessoas comprem a casa já com maldade de arrendar, o que dizem é que, provavelmente, está-se a dar azo a que as casas municipais tenham outro fim, que não é o fim que tinham na sua origem. -----

Interveio de novo o Sr. Presidente, referindo que vai dar início à votação, questionando sobre o sentido de voto, concluindo que a CDU é contra do ponto 43 ao 46, questionando a Coligação Novo Rumo sobre o sentido de voto. -----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, respondendo que é a favor, dizendo ainda que de acordo com o que vem nos documentos, não leva a crer que não se está a cumprir a legislação em vigor, está-se é a seguir uma estratégia que o Partido Socialista entende que é neste momento a melhor para o município, embora perceba também algumas das justificações que foram dadas, face à compra que alguns destes cidadãos propõem, que também são aceitáveis.-----

Interveio novamente o Sr. Presidente, concluindo que os pontos 43 a 46 são aprovados por maioria, com os votos contra da CDU. Quanto ao ponto 47, é aprovado por unanimidade. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____ **119**

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____ **523**

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "G", SITA NA RUA JOÃO VILLARET, Nº 2, 3º ESQº – FORTE DA CASA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 25/15, de 27/07, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra "G", sita na rua João Villaret, nº 2, 3º esqº, no Forte da Casa, inscrita na matriz predial da União das Freguesias de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa sob o artigo 3045, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 360 da freguesia do Forte da Casa, a Cacilda Rui Alves, pelo valor de 21 980,17€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final da venda de 17 584,14€.-----

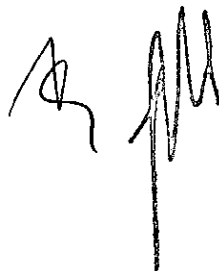
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 25/15, de 27/07, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 43 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA "E", SITA NA RUA ANTERO DE QUENTAL, Nº 1, 2º ESQº – VIALONGA -----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 36/15, de 06/08, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra "E", sita na rua Antero de Quental, nº 1, 2º esqº, em Vialonga, inscrita na matriz predial da freguesia de Vialonga sob o artigo 2666, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 489 da referida freguesia, a Amélia Conceição Lopes, pelo valor de 28 241,73€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final da venda de 22 593,38€. -----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 36/15, de 06/08, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 43 da ordem do dia. ---

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA LETRA “F”, SITA NA RUA JOSÉ AUGUSTO GOMES, LOTE 18, 2º ESQº, EM ARCENA – ALVERCA DO RIBATEJO-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 40/15, de 11/08, do DASDEDS/DDS, para aprovação da venda da fração de habitação municipal designada pela letra “F”, sita na rua José Augusto Gomes, lote 18, 2º esqº, em Arcena, Alverca do Ribatejo, inscrita na matriz predial da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho sob o artigo 2203, descrita na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira, pela ficha nº 1325 da freguesia de Alverca do Ribatejo, a Suzete Pinto Alves Gomes, pelo valor de 27 392,87€, com dedução correspondente a 20%, na modalidade de pronto pagamento, sendo o valor final da venda de 21 914,30€.-----



3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 40/15, de 11/08, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 43 da ordem do dia.-----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----

1. Assunto: COMPRA E VENDA DA FRAÇÃO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL DESIGNADA PELA "D", SITA NA RUA QUINTA DO CABO, Nº 21, 1º ESQº, EM POVOS – ALTERAÇÃO À DELIBERAÇÃO TOMADA NA REUNIÃO DE 2015/02/25-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 34/15, de 31/07, do DASDEDS/DDS, para aprovação da alteração à deliberação tomada na reunião de 2015/02/25, que aprovou a venda da fração de habitação municipal designada pela letra "D", sita na rua Quinta do Cabo, nº 21, 1º esqº, em Povos, Vila Franca de Xira, ao morador Francisco da Conceição Gomes, no sentido de ser autorizada a venda da referida fração ao morador e a Fernanda Maria Ferreira Barata, com quem vive há cerca de 11 anos, mantendo-se as restantes condições de venda já deliberadas.

3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 34/15, de 31/07, do DASDEDS/DDS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
A discussão deste assunto foi feita em conjunto com o ponto 43 da ordem do dia.---

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PROJETO JARDIM OBSERVADO 2015 – SUBSÍDIO PARA CUSTOS ADMINISTRATIVOS-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1107/15, de 10/08, do DASDEDS/DDS/NAS, para aprovação da atribuição de um subsídio para custos administrativos, no montante de 205,35€, ao CASBA – Centro de Apoio Social do Bom Sucesso e Arcena, correspondente a 5% do valor do subsídio anual a conceder (no montante de 4 107,00€), no âmbito do protocolo de colaboração referente ao Projeto Jardim Observado 2015.-----

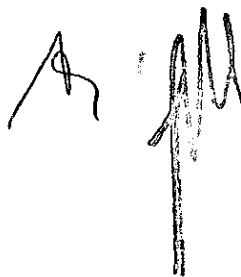
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1107/15, de 10/08, do DASDEDS/DDS/NAS, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----

5. Disposições legais aplicáveis: -----

6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



Assunto: RELATÓRIOS SEMESTRAIS/2014 – ACORDOS DE EXECUÇÃO E CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS -----

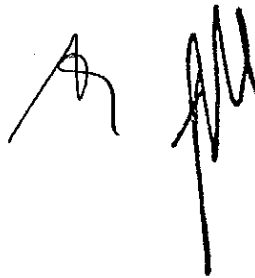
Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2015/07/08, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para análise dos relatórios apresentados pelas juntas de freguesia, no âmbito da operacionalização e cumprimento dos acordos de execução e contratos interadministrativos celebrados, reportando-se ao segundo semestre de 2014, e apreciação da execução dos contratos de delegação de competências legalmente contemplada, bem como posterior remessa à assembleia municipal para apreciação. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que este relatório não é final, o final só vem no final do ano. É um relatório que identifica algumas fragilidades, dalgum trabalho desenvolvido por algumas juntas de freguesia, que exige provavelmente correções, porque há itens cujo valor financeiro poderá ser exagerado e outros que provavelmente deveriam ser reforçados. Portanto, é bem provável que se tenha de fazer este trabalho de engenharia financeira. -----

Em termos gerais, o relatório apresenta um esforço efetivo por parte das juntas de cumprir os acordos, sem nunca perder de vista algumas afinações que o relatório exigirá, pois ainda não é o final. Já se evoluiu muito no que tem sido o trabalho que se tem vindo a fazer com as juntas de freguesia, mas provavelmente vai-se ter de evoluir mais, e ainda se ser mais exigente do que naturalmente se tem que ser. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, seguindo um pouco do que foi a intervenção do Sr. Presidente, dando conta que efetivamente, quando vierem os relatórios consolidados de todo o ano de 2014 vai-se ter uma ideia mais clara, uma vez que o que ainda vem são, de facto, os primeiros relatórios das juntas de freguesias. -----
Tem tido a incumbência de acompanhar este processo com os Srs. Presidentes de junta, e tem havido um esforço efetivamente grande de dar resposta a esta nova legislação, que se sabe que é complicada, pelo que diria que se está a fazer um caminho em conjunto, quer a câmara municipal, quer as diferentes freguesias, neste processo. -----

De uma forma geral, o que se retira desta análise, em primeiro lugar, é que as verbas transferidas chegam para as competências que estão transferidas. Já se entendia que seria isso, mas é uma nota que é importante deixar, uma vez que há



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____


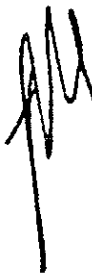
talvez dois aspetos, com este princípio-base, que crê que vale a pena aprofundar. --
Por um lado, a capacidade de acompanhamento no terreno, técnico, por parte da câmara municipal, do trabalho que é efetuado pelas diversas juntas de freguesia, e aí não quer deixar de dizer que sempre que são detetadas algumas questões a corrigir, tem havido abertura por parte das juntas para tratar disso, e esse é também um caminho que é preciso ir fazendo em conjunto. Um outro aspeto que é importante é procurar que a entrega dos relatórios ou a capacidade da sua entrega por parte das juntas seja mais dentro dos prazos que estão previstos nos acordos, pois sabe-se que é difícil, e nem todas têm conseguido cumprir. Nestes segundos relatórios que chegaram já foi mais fácil, as pessoas também já começam a estar habituadas aos documentos e já se conseguem entregar mais a tempo.-----

A ideia da câmara municipal, e pensa que é mesmo importante que aconteça, é que as juntas entreguem os relatórios logo no prazo previsto, para também conseguir elaborar um relatório no prazo previsto, para vir a reunião de câmara num tempo ainda muito próximo relativamente ao período que as juntas de freguesia desenvolveram este trabalho. Conta, de facto, que a próxima análise do plano consolidado de 2014 dê uma imagem mais nítida deste processo, e vai-se continuar a trabalhar com os Srs. Presidentes de junta na melhoria desta execução, sobretudo no terreno, que é no fundo o que importa.-----

Assim, de uma forma geral as juntas têm conseguido corresponder ao que era esperado, com acertos que são necessários fazer, como não podia deixar de ser.----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues interveio, mencionando que comunga da opinião inicial que o Sr. Presidente transmitiu, e o Sr. Vice-Presidente, logo a seguir, de que efetivamente trata-se de um relatório que não está completo, só estará quando se receber a totalidade do ano 2014, pelo que, na sua opinião, e será a opinião da CDU, é extemporâneo, ou ainda muito cedo, dizer-se taxativamente que o dinheiro chega para cumprir aquilo que são os protocolos de descentralização de competências da câmara municipal nas juntas de freguesia.-----

Em primeiro, os relatórios que se têm, na opinião dos membros da CDU, deveriam ser mais completos nalgumas matérias, nomeadamente está-se a olhar para o relatório, que é uma demonstração de resultados, que visa única e exclusivamente dizer à câmara municipal o que é que foi feito com o dinheiro que se recebeu. É

isto que as juntas de freguesia estão a fazer com estes relatórios. Todas, sem exceção, estão a transmitir à câmara municipal que fizeram isto com o dinheiro que receberam. -----

Aquilo que não estão a dizer nestes relatórios é o que não fizeram por não terem manifestamente as verbas suficientes para o poderem fazer, e isso também gostavam que fizesse parte do relatório, daí que uma das coisas que futuramente se terá que ver em conjunto é idealizar um relatório, e tentar ver quais são as premissas mínimas que deve conter, porque consideram que apresentar uma simples demonstração de resultados não é suficiente. -----

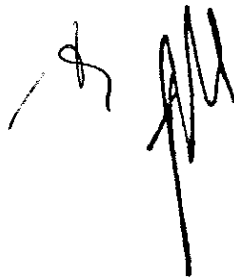
É boa, é ótima, sabe-se o que é que as juntas de freguesia fizeram, pode-se e tem-se a possibilidade de conferir se efetivamente foi feito ou não, e é claro que não estão aqui para desconfiar de ninguém, e logicamente que se o puseram no papel é porque fizeram, mas continuam sem saber o que não foi feito fruto da falta de financiamento ou falta de dinheiro, ou da eventual falta de dinheiro que as juntas, cada uma por si, poderão considerar não ter.-----

Desta forma, julgam extemporâneo dizer-se que por esta amostra o dinheiro chega. É muito cedo, e não é, efetivamente, totalmente realidade. Irão esperar pelo final do relatório, pelos 6 meses que faltam, aí sim, para tentarem aferir destas questões. -----

Depois, gostavam de solicitar à câmara municipal, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, neste momento presidente em exercício, por ausência do Sr. Presidente, que fosse solicitado às juntas de freguesia que, juntamente com a demonstração de resultados que vem agora, viesse também um relatório da própria junta, com o elencar dos trabalhos que ficaram por executar devido a não terem verba ou a outra qualquer dificuldade que cada uma das juntas de freguesia tenha, que não passa única e exclusivamente por questões financeiras, mas até por questões materiais e de equipamentos. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, agradecendo ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues e dando a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Marques. -----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, agradecendo ao Sr. Presidente em exercício, dizendo que gostou de ouvir as duas intervenções, do Sr. Presidente e do Sr. Presidente em exercício, referindo que há um compasso de espera, até ao fim



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

do ano, para se proceder a uma análise mais completa desta situação, e quanto a si pressupõe, como nunca deixou de pressupor, uma análise ou discussão entre a câmara municipal e as juntas, na tentativa de resolver todas as questões inerentes aos acordos e contratos. -----

Como disse várias vezes, a câmara municipal e as juntas de freguesia, trabalham para o bem em comum e para a satisfação das necessidades dos fregueses e munícipes, portanto há que haver um entendimento e uma colaboração, pois todos trabalham para o mesmo fim, não estando a dizer nada de novo. -----

Completando o seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues, ao ler a documentação que veio ela não é uniforme, e pensa que a câmara municipal e as juntas deveriam tentar, embora não seja obrigatório, apresentar resultados finais, do ano, da documentação que fosse, o que não quer dizer que os membros da CDU não leram a documentação. -----

Numa certa junta, não interessa dizer qual, porque todas colaboraram e fizeram, pelo menos o próprio, que tem um bocadinho a fobia dos números, para ver teve que fazer as somas todas dos números, porque não tinha somas, e era importante que estas situações fossem, se possível, claras. -----

Espera-se até ao fim do ano, mas também tem que dizer que é evidente que estes 6 meses já são reveladores, o que já foi dito, que umas têm a mais e outras a menos, sendo que, na sua modesta opinião, é revelador, porque, além dos relatórios complementares e da situação, os números são números. Não vai falar em números concretos, todos os conhecem, tanto dos contratos, como dos acordos, mas já são reveladores. -----

De uma maneira genérica, em todas as juntas, umas mais do que outras, os sinais dos números são reveladores de que é mesmo necessário a câmara municipal e as juntas de freguesia analisarem concretamente e verem a situação de obstar, e nuns lados é negativo, noutros positivo, pelo que se deverá fazer uma interligação, porque o Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira disse que as verbas chegam, e já lhe chamou de vereador, porque está a chegar o Sr. Presidente, e não lhe chama presidente em exercício. -----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues já falou sobre isso, e estes números causam-lhe alguma apreensão. Pode ser que até ao fim do ano as situações sejam revistas,



mas não sabe se os dinheiros chegarão. Contudo, ver-se-á nos últimos 6 meses, sendo só esta a preocupação que queria deixar em nome da sua bancada. -----

Interveio o Sr. Vereador Rui Rei, referindo que se tem vindo a falar variadíssimas vezes sobre este tema, e pensa que a câmara municipal continua sem cumprir uma parte importante desta descentralização de competências e contratos interadministrativos.-----

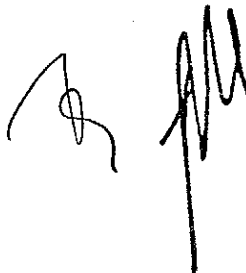
Em primeiro lugar, o executivo camarário traz relatórios à reunião sem acompanhamento do documento dos serviços que informa a câmara municipal se os contratos estão a ser cumpridos ou não, ou seja, a junta de freguesia faz o seu papel, manda um relatório, mas também aí deveria enviar um relatório uniforme. Na composição do relatório só a informação que está dentro é distinta, porque se está a falar de unidades distintas, agora, a forma de o analisar tem que ser a mesma. Têm que se comparar batatas, com batatas, não se podem comparar cebolas com batatas, pelo que não se está a cumprir a essência do contrato. -----

Os membros da Coligação Novo Rumo votaram a favor, porque discutiram durante várias reuniões, e uma das questões que ficou vertida foi a comissão de acompanhamento da câmara municipal e os relatórios que a mesma tem de fazer, a par dos das juntas de freguesia. Tem que haver colegas da câmara municipal a fazerem regularmente a avaliação do que está a ser feito do dinheiro que é transferido para as juntas de freguesia.-----

Diz sim à autonomia das juntas de freguesia, mas votam-se em reunião milhares de euros todos os anos transferidos para as juntas, e para o próprio não chega um relatório da junta de freguesia, nem para o Tribunal de Contas, a dizer que cumpriu ou não. Não é assim, tem que se ter uma entidade que fiscalize e diga se a junta tratou ou não os espaços verdes que lhe estão descentralizados, se cuidou ou não dos parques infantis, se substituiu ou não o que estava acordado substituir.-----

Com o devido respeito, não consegue verificar isso, não consegue saber, da parte da câmara municipal, se as verbas que foram transferidas durante o ano de 2014 cumprem na íntegra, até porque, pela sua experiência, não cumprem. Da sua experiência, por onde vive, e mais proximamente, é que não cumprem. -----

Depois, do que se lê chega-se à conclusão que o dinheiro que se está a transferir é para pagar os custos que as juntas foram contraindo ao longo dos anos,



Fl. Livro _____
Fl. Ata _____
Reunião de 2015/08/31
Procº _____
Deliberação nº _____

nomeadamente custos com o pessoal. O que se está a pagar é, sob a capa de uma descentralização de competências, os custos da operação das juntas de freguesia. Sobre isso devem ter santa paciência, mas têm que se encontrar outros mecanismos que não este. É a favor de que a descentralização de competências que é feita tenha que ser feita pelo valor justo, para que a junta o possa fazer, e vai ter que o fazer. Se tem outros custos que são importantes para a freguesia, e é necessário ajudar, tem que se ver, à luz da lei, como é que se pode fazer isso. -----

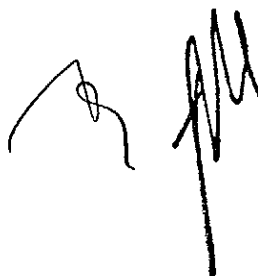
Agora, não é com este contrato interadministrativo, porque não faz sentido nenhum, até porque o Tribunal de Contas vai-se debruçar sobre isto, e se o próprio não tiver um relatório dos serviços que lhe diga que está a ser cumprido, não vai votar a favor deste relatório. Se os serviços não lhe escreverem a dizer que está a ser cumprido ou não, cumpre-se isto, cumpre-se aquilo, ou não se cumpre, não pode votar a favor. Não é o próprio que anda a fiscalizar, e não é o próprio que, politicamente, consegue avaliar, tem quem lhe diga, para depois poder ir verificar, se entender que deve, e isso não está a ser feito.-----

O que diz, mais uma vez, é que a câmara municipal tem que produzir relatórios-tipo, que as juntas têm de preencher. As juntas de freguesia têm que preencher os relatórios-tipo nos vários itens de descentralização, têm que dizer que mantiveram este ou aquele espaço verde, que fizeram isto, fizeram o contrato "x" com a empresa "y", mantêm o espaço verde de acordo com o contrato, e de acordo com o que se pode verificar, porque tem sérias dúvidas, nomeadamente a sul do concelho, que os espaços verdes cumpram sequer o mínimo exigido. Não cumprem coisa nenhuma, aquilo é uma afronta a toda a gente, e não lhe venham dizer que é por falta de dinheiro, porque não é, pois há orçamento suficiente para fazer face às responsabilidades. -----

Portanto, volta a solicitar, em primeiro, um relatório uniformizado, e em segundo uma avaliação dos serviços face a esta matéria. -----

Uma segunda questão é que se tem de ter em atenção que as reclamações dos cidadãos têm que estar refletidas nestes relatórios. Se há reclamações sobre os serviços têm que se refletir, tem que se avaliar e que se verificar se se está a cumprir ou não o objetivo.-----

Depois, salvo aquela questão no passado, em que uma série de juntas na altura, da



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

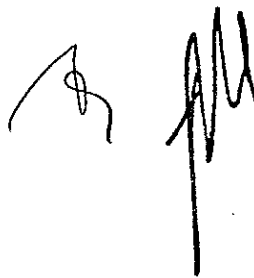
Coligação Democrática Unitária, disse que iria fechar os parques infantis, entretanto tem-se a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, que diz que vai fechar uma série de parques infantis, não sabe em quantos anos. O que é que a câmara municipal diz a isto? Uma coisa é fechar parques infantis que são seus, outra é fechar parques infantis que lhe estão descentralizados, da câmara municipal. -----

Não é assim, porque a autonomia é respeitar, mas na casa de cada um, não é, por exemplo, na sua, na sua casa não respeita a autonomia, porque a autonomia é a que delega ao Sr. Presidente da junta, não é a que o Sr. Presidente da junta acha, que vai fechar os parques infantis. -----

Não é assim, tem que haver um plano, e a câmara municipal tem de estar de acordo. Não se pode andar durante anos a construir parques infantis, e agora, de um mês para o outro, dizer: "afinal cometemos muitos erros, construímos parques infantis a mais". Então, e a opinião da população aqui não vale? Neste caso a opinião da população não vale? Pensa que vale, tem que se lhe perguntar, foi isto que andaram a dizer sempre, pelo que tem que se avaliar. -----

Já se aprovaram uns pontos relativos a material para manutenção, rega, mangueiras e por aí fora, e percebe, é a câmara municipal, pela "porta do cavalo" a estar a introduzir dinheiro já no contrato de manutenção, mas tem é que ficar transparente. Se se chegar à conclusão que os valores que são transferidos não chegam para os encargos que as juntas assumiram, tem que se trazer a reunião de câmara a revisão desses valores, e para isso é preciso que os técnicos do município lhe digam que aquilo não chega, não serve, e não tem condições, bem como que a câmara municipal, se fizer, não consegue fazer por aquele valor. Tem que se ter essa avaliação, e o próprio, sem ela, não pode estar a tomar outro tipo de medidas, muito menos o voto. -----

Neste momento está-se no final do mês de agosto, amanhã é setembro, e é preciso ter os relatórios deste ano de acordo com o que está aprovado, e, mais uma vez, com a avaliação dos serviços. As juntas de freguesia, se não cumprem, há que avaliar que não cumprem porque não têm condições de cumprir, de acordo com um conjunto de variáveis, que têm de ser avaliadas, e eventualmente extra relatório, depois, ou no relatório fica específico, e depois, politicamente, tem que



Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

se avaliar. Agora, não está de acordo que se continue a pagar a uma junta de freguesia que sistematicamente não cumpre o mínimo dos espaços verdes, do espaço público e disso tudo. Não define regras a não ser a sua parte, na câmara municipal, mas os membros da Coligação Novo Rumo não estarão de acordo em continuarem “alegremente” a pagar milhares de euros todos os anos, sistematicamente as reclamações vêm, muitas colocadas pelos próprios, que fazem de conta que não estão objetivamente a ver essa situação. Isso não faz sentido absolutamente nenhum, e têm que se retirar consequências deste aspeto e chegar a alguma conclusão. -----

Para terminar, porque tem sido dito que há despesas, tem visto com muita curiosidade até alguns desabafos que vêm na comunicação social sobre as freguesias, e não deixa de ser interessante, porque, em primeiro, teve-se esta união de freguesias que o município escolheu ter, o Partido Comunista e o Partido Socialista, e quando se vem dizer que a junção e as somas das freguesias têm menos receitas, não é verdade. Se se forem ver os números e valores das transferências, a soma dos valores de 2015 não é diferente aos 2 anos anteriores, ou basicamente não é diferente. -----

Portanto, não há um incremento de custos por ter as 3 juntas de freguesia abertas, há é outra coisa, tem que se gerir e tomar decisões, bem como racionalizar, e isso, obviamente, para quem andou a prometer o céu e a terra, aí sim vai ter efetivamente um problema. Em matéria de custos o que foi dito em Alhandra e o que foi dito na Póvoa de Santa Iria é mentira, os valores são sensivelmente os mesmos, para não dizer que são os mesmos, logo, não há, por esta via, um incremento de custos. Pode haver por outra, mas por esta não há um incremento de custos, e pensa, quanto à opinião das pessoas, que tem vindo a ser refletida na comunicação social, daqueles que se arrogam no direito sempre de serem os intérpretes de toda a gente, não deixa de ser interessante que quando vêm falar dizem “o caso da Calhandriz, nós queríamos estar em Alverca”.-----

Não deixa de ser interessante avaliar depois de tudo o que aconteceu, porque é aqui que se veem as decisões que se tomam em defesa dos cidadãos ou dos jogos políticos que a cada momento se colocam. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, referindo que gostaria só de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

relembrar uma questão, e já é a segunda vez que o vai fazer, mas se calhar é essa a sua tarefa hoje. -----

Assim, lembra ao Sr. Vereador Rui Rei que não foi o PS, nem foi o PCP ou a CDU, que quiseram que a Calhandriz se juntasse a Alhandra. Foram os senhores do partido do Sr. Vereador que quiseram acabar com a freguesia da Calhandriz, e isso é muito diferente. O Governo é que decidiu que em Vila Franca de Xira havia freguesias a mais, e que em vez de se terem as 11 freguesias, elas faziam muita despesa ao Estado português, dever-se-iam juntar e formar 6. Foi o Governo que decidiu o número de freguesias e a forma como se anexaram, pelo que o que diz ao Sr. Vereador é que, naturalmente, como disse há pouco, o PCP e a CDU assumem as suas responsabilidades, as consequências positivas e negativas, mas daquilo que a CDU e o PCP decidiram, que não foi o caso. -----

Foram os senhores do Governo que decidiram fazer este jogo, que até ajudou a distrair as pessoas de alguma maneira, porque enquanto estavam preocupadas, e bem, com aquilo que queriam fazer à sua vida enquanto fregueses, esqueciam um pouco da falta de trabalho, das dificuldades financeiras pelas quais passavam, das dificuldades em aceder ao Serviço Nacional de Saúde, ou assegurar uma educação de qualidade para os seus filhos. -----

O Sr. Vereador diz umas coisas que os membros da CDU também acharam bastante interessantes, que o dinheiro que a câmara municipal fez transferir para as freguesias é para, vejam bem, pagar os salários aos trabalhadores. Então, Sr. Vereador, em que é que se fica? Despede-se pessoal? Quando o Sr. Vereador até estava disposto a admitir pessoal na câmara municipal, agora quer que as juntas de freguesia despeçam o pessoal, porque se instalou um aparelho enorme, e há gente a mais nas freguesias? -----

O que diz é que não há, há falta de pessoal, quer nas freguesias, quer no município, e por isso é que infelizmente se tem, no concelho de Vila Franca de Xira, vários trabalhadores com Contratos Emprego-Inserção, como na câmara municipal, com mais de 200 pessoas nessas condições. -----

Portanto, naturalmente que há situações nas freguesias que devem ser melhoradas, que a câmara municipal deve fiscalizar, tal como deve fiscalizar quando dá trabalhos de zonas verdes por sua conta, e várias vezes dizem na



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata _____

Reunião de 2015/08/31

Procº _____

Deliberação nº _____

reunião que é preciso atenção, que se as empresas não servem têm que ser chamadas à atenção, e que as fazer cumprir. Naturalmente que sim, tem que se fazer, mas depois, quando o Sr. Vereador, que tem a “bandeira” dos parques infantis, diz que a Junta de Freguesia de Alhandra começou a querer encerrar, e agora já a de Alverca quer encerrar, a câmara municipal enviou, como o Sr. Vereador sabe, um relatório, dando conta do estado de cada parque infantil.-----

Quando o patrão de uma casa diz que o inquilino já não pode morar nela, porque chove, o que é que este faz? Continua lá? Se calhar não, se calhar tem que assumir, junto da câmara municipal, neste caso, sobre os parques infantis, que é a detentora ou proprietária desses parques, perceber o que se faz. Se se encerra ou há um investimento extra para que esse parque possa continuar aberto. -----

Em relação às somas, os seus camaradas já falaram, mas é importante perceber, ainda, como o Sr. Vereador diz, que a soma seja idêntica, e não é, pois vai dar o caso da freguesia de Vialonga, em que o facto de não receber 1% da cobrança da água significa para o orçamento da freguesia 60 000,00€, e portanto não é igual. Está a dar um exemplo, mas pode dar outros.-----

Entrando na versão do Sr. Vereador, de que a soma é idêntica, ver-se-á se o trabalho descentralizado é o mesmo. Tem que se ver e que se analisar. Será que até aí o trabalho que era descentralizado para as juntas de freguesia era o mesmo do que aquele que se pede agora? Não sabe, tem que se ver, e de facto era importante, como o Sr. Vereador disse, e aí concorda, que os relatórios fossem todos iguais, e era também importante que as juntas de freguesia não se restringissem apenas a números. Um relatório que explicasse de alguma forma como se chega àqueles valores poderia e deveria ajudar à discussão.-----

O Sr. Vereador Rui Rei interveio, dizendo que quando se traz a questão da água, essa é uma questão da câmara municipal, que não tem tratamento igual para todas as juntas, mas devia ter. Se se dá 1% da água à Junta de Freguesia de Vialonga, devia-se dar à Castanheira do Ribatejo, a Vila Franca de Xira ou à Póvoa de Santa Iria. -----

Respondeu a Srª Vereadora que se deixou de dar.-----

Prosseguiu o Sr. Vereador Rui Rei, para dizer que sabe que se deixou de dar, senão a Srª Vereadora nem estava a dizer o que disse, e sabe também que se equacionou





a possibilidade de haver algumas compensações. Às vezes anda distraído, outras dá folga, mas às vezes tem uma memória muito grande, e sabe que não se dava a todas, porque nem todas tinham a Central de Cervejas. Então defende-se igualdade numa coisa e tratamento diferenciado na outra? Pensa que não pode ser, têm que se avaliar estas coisas no seu todo.-----

Continuou, dizendo que se estava a falar dos malandros do Governo quando se falou dos valores, daqueles malandros que eventualmente, quando se comparam os valores, eles são semelhantes. Depois, quando a Srª Vereadora fala do “patrão”, e que o “patrão” manda, o “patrão” mandou e fez uma lei sobre as freguesias. Só se teve isto, mas não foi porque o Governo escolheu, o Governo não escolheu nada, os Srs. Vereadores é que tiveram uma decisão na assembleia municipal, realizada nos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira. Quando se fala do “patrão”, ainda há bocado falou do não pagamento de salários aos trabalhadores das juntas, e tem piada que não viu a Srª Vereadora assumir esse papel de patrão perante a junta, dizendo, “malandro do presidente, tem que pagar”. -----

Não viu a Srª Vereadora fazer isso, o que viu foi tentar dizer coisas que o próprio não disse. Não disse que a Srª Vereadora tem de despedir os trabalhadores, alguns deles seus camaradas, que contratou. Não disse isso, é um problema da Srª Vereadora, que ganhou a junta e tem de a gerir, mas também é um problema do próprio, que tem de estar a pagar uma coisa para a qual não foi chamado. A teoria do patrão ficou ao lado, absolutamente ao lado. Agora há teoria do patrão, há bocado não houve, e não defendeu em momento algum o despedimento dos trabalhadores, não está é a favor que sob a capa dos contratos interadministrativos, que são para pôr as pessoas a tratar dos jardins, pois é para isso que as pessoas pagam, ou cuidar do espaço público, os Srs. Vereadores tenham colocado nas juntas de freguesia um conjunto de pessoas, e agora não têm salário para pagar, não têm receitas para ter, a não ser que a junta lhes faça as transferências, e é só essa a diferença. -----

As juntas não têm um conjunto de competências próprias, para as quais os Srs. Vereadores assumiram um conjunto de compromissos, e pior, depois não conseguem prestar esses compromissos, que é isso que vê numa série de sítios que já levantou variadíssimas vezes, porque não aceita que se gastem milhares de



euros em jardins e depois se deixem morrer. É o que acontece variadíssimas vezes em variadíssimos locais.-----

Portanto, estão a favor que, se há necessidade de reforçar as transferências, que se reforcem, ou se houver necessidade de se reforçarem os valores, só que de acordo com o mapa comparativo, pois se a câmara municipal consegue fazer por menos valor do que estão a fazer as juntas, há um limite para isto. Não se podem estar a transferir mais 40% ou 50% só porque se tem que ser o “papá ou mamã” da junta de freguesia “x”. Não pode ser, é preciso haver uma avaliação rigorosa da matéria para chegar ao objetivo, que é a defesa da qualidade de vida. -----

Terminou, dizendo que foram efetivamente o Partido Comunista e o Partido Socialista que escolheram as freguesias que se têm hoje, e mais, escolheram e não viram nenhuma manifestação das pessoas, porque aí sim, elas estavam mais preocupadas com o problema do dia a dia e não com o problema do setor dos Srs. Vereadores da freguesia “x” ou “y”, que se sobrepôs ao interesse da população. ----

Tendo sido interrompido pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, respondeu que “mentiroso” deve ser alguém que o Sr. Vereador conhece, eventualmente da família do mesmo, e não da do próprio. Consigo deve ter um bocadinho mais de respeito, e o que lhe está a dizer é que “mentiroso” não, porque há camaradas do Sr. Vereador, mesmo deste concelho, que estão contra o que os Srs. Vereadores fizeram. Se alguém aqui é mentiroso, é o Sr. Vereador, que ouve e não reproduz, porque estão efetivamente contra, e o Sr. Vereador também não tem é coragem, junto dos camaradas, de o dizer, e depois por trás é que diz. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que como os Srs. Vereadores chegaram a um ponto que não tem retorno, e podem discutir as coisas, mas não na reunião de câmara, dá a discussão por terminada. -----

Analísado e apreciado, e deliberado, por unanimidade, remeter à assembleia municipal para apreciação.-----




Deliberação nº **529**

50 ata minuta



Encerramento às 13h15. -----

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na reunião de câmara de 2015/09/23, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Nuno Libório e Ana Paula Bayer, por não terem estado presentes, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

- Alberto Simões Maia Mesquita -